



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA HUÍLA  
ISCED – LUBANGO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
SECÇÃO DE HISTÓRIA

**A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO DA GUERRA CIVIL ANGOLANA (1975-1993):  
UM OLHAR SOBRE O MUNICÍPIO DA MATALA**

**Autor:** Zeferino Calembela Chiwana

**Lubango**

**2022**



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA HUÍLA  
ISCED – LUBANGO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
SECÇÃO DE HISTÓRIA

**A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO DA GUERRA CIVIL ANGOLANA (1975-1993):  
UM OLHAR SOBRE O MUNICÍPIO DA MATALA**

Trabalho apresentado para obtenção do grau de  
Licenciatura no Ensino de História

**Autor:** Zeferino Calembela Chiwana

**Orientador:** Oliveira Adão Miguel

**Lubango**

**2022**

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a minha família, especialmente aos meus pais, Alberto Chiwana e Teresa Muhiwa; aos meus filhos, Teresa Muhiwa Celestino Chiwana, Alberto Chipolpolo Chiwana e Elisa Cristina Chiwana; a minha esposa Rosaria Nacahala Vondila Chimuco Celestino; aos meus irmãos, Domingos Chipolpolo Chiweyengue Chiwana, Florinda Chilepa, Lurdes Benguela, a minha sobrinha Florinda Chilepa (*in memoriam*) aos meus amigos Justino Nazário Cassinda, João de Deus Francisco Calenga, João Adelino Elias, Etelvino de Assunção Neto, Bartolomeu Dias Calunhe, Paulino Nascimento Miguel, Isaac Camati Nunda e Jesus Domingos Barros Wassandjuka pelo seu imenso apoio durante a jornada estudantil universitária.

## **Agradecimento**

Agradeço em primeiro lugar ao Deus, por me ter concedido saúde, força e disposição para fazer a faculdade e o trabalho de final de curso.

A realização desta investigação, só foi alcançada porque contei com a colaboração e apoio de muitas pessoas, em particular o professor Oliveira Adão Miguel pela paciência e orientação que deu ao longo da investigação. Destarte, são dignos de realce em relação aos agradecimentos os professores do curso do Ensino da História, como, Manuel Morais Sita, Francisco Ndala (in memoriam), Hélder Maiunga, Ricardo Monteiro e Maria de Fátima pela paciência na educação e instrução do homem novo.

A todos os colegas do curso pelo caloroso conforto e pelas batalhas juntos vencidas.

A todos, o meu muito obrigado!

## Resumo

O período pós-guerra colonial em Angola fixou o alcance da independência a 11 de Novembro de 1975. O cenário a seguir foi marcado pela Guerra Civil angolana que terá durado cerca de 27 anos e teve como corolário a produção de acontecimentos traumatizantes para àqueles que presenciaram ou viveram, construindo-se neste caso uma espécie de passado que não passa. Datas com alguma proeminência como os acontecimentos do 27 de Maio de 1977, o Setembro Vermelho na Jamba de 1981 e o Massacre dos Bakongo durante os confrontos pós-eleitorais são alguns dos principais exemplos destes cenários. As memórias dos indivíduos são portadoras da representação geral da sociedade, visão social, necessidades, interesses e valores colectivos. Àqueles que têm memória e lembram são seres humanos ou indivíduos sempre localizados em grupos e contextos sociais específicos. Para Halbwachs, isso significa que mediante os quadros sociais da memória «só podemos lembrar quando é possível recuperar a posição de eventos passados nos ditames da memória colectiva. O esquecimento, entendido neste texto por Paul Ricoeur, Pollak e Jelin, tem várias nuances, sendo a ausência da presença o que melhor representa a sua existência. Obviamente, o esquecimento se explica pelo desaparecimento dos quadros sociais da memória no dizer de Halbwachs (1990, p.172). Para aproximar os acontecimentos relatados e as abordagens teóricas, incluímos o estudo do campo no qual foi seleccionado como amostra 10 elementos que viveram, ouviram ou viram o que permitiu tirar determinadas conclusões que são válidas a compreensão da história de Angola sobretudo em relação a Memória e ao Esquecimento da Guerra Civil que é o objecto principal deste projecto de pesquisa.

Palavras-chave: memória; guerra civil angolana; esquecimento.

## **Abstract**

The post-colonial war period in Angola established the scope of independence on November 11, 1975. The following scenario was marked by the Angolan Civil War that lasted about 27 years and had as a corollary the production of traumatizing events for those witnessed or lived through, building up in this case a kind of past that does not pass. Dates with some prominence such as the events of May 27, 1977, the Red September in Jamba of 1981 and the Bakongo Massacre during the post-election clashes are some of the main examples of these scenarios. The memories of individuals are carriers of the general representation of society, social vision, needs, interests and collective values. Those who have memory and remember are human beings or individuals who are always located in specific groups and social contexts. For Halbwachs, this means that through the social frameworks of memory “we can only remember when it is possible to recover the position of past events in the dictates of collective memory. Forgetting, understood in this text by Paul Ricoeur, Pollak and Jelin, has several nuances, the absence of presence being what best represents its existence. Obviously, forgetting is explained by the disappearance of the social frameworks of memory in the words of Halbwachs (1990, p.172). In order to approach the reported events and the theoretical approaches, we included the study of the field in which 10 elements were selected as a sample that lived, heard or saw, which allowed us to draw certain conclusions that are valid for the understanding of the history of Angola, especially in relation to Memory and to the Oblivion of the Civil War that is the main object of this research project.

Keyword: memory; Angolan Civil War; forgetfulness.

Índice	Pág.
Dedicatória.....	<b>i</b>
Agradecimento.....	<b>ii</b>
Resumo .....	<b>iii</b>
Abstract.....	<b>iv</b>
Introdução.....	<b>1</b>
1. CAPÍTULO I – DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO DA GUERRA CIVIL ANGOLANA .....	<b>6</b>
1.1 Discutindo Memória e Esquecimento.....	<b>7</b>
1.2 História e Memória.....	<b>11</b>
1.3. O 27 de Maio de 1977 .....	<b>14</b>
1.4. O “Setembro vermelho” e a caça às bruxas na Jamba .....	<b>21</b>
1.5. A Sexta-Feira Sangrenta .....	<b>26</b>
1.6. As origens dos confrontos de 1992.....	<b>30</b>
1.7. Matala: Contexto histórico-geográfico .....	<b>43</b>
2. CAPÍTULO II - A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO DA GUERRA CIVIL ANGOLANA (1975-1993): UM OLHAR SOBRE O MUNICÍPIO DA MATALA .....	<b>46</b>
2- Memória e o Esquecimento do 27 de Maio de 1977 em Angola .....	<b>47</b>
2.1 A Memória e o Esquecimentos do “Setembro Vermelho” na Jamba .....	<b>51</b>
2.2. A Memória e o Esquecimento da Sexta- feira Sangrenta de 1993 .....	<b>54</b>
2.3. A Memória e o Esquecimento dos confrontos pós-eleitorais de 1992 .....	<b>57</b>
2.4. A Memória e o Esquecimento da Guerra Civil (conclusões) .....	<b>60</b>
Conclusão .....	<b>64</b>
Sugestões .....	<b>65</b>
Referências bibliográficas .....	<b>66</b>
Anexos 1.....	<b>73</b>

### **Lista de abreviaturas e siglas**

**MPLA** – Movimento Popular de Libertação de Angola

**UNITA** – União Nacional para Independência Total de Angola

**FNLA** – Frente Nacional de Libertação de Angola

**FAPLA**- Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

**FALA** – Forças Armadas de Libertação de Angola

**ODP** – Organização da Defesa Popular

**BRINDE** – Serviços da inteligência da UNITA

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**DISA**- Departamento de Informação e Segurança de Angola

**OCA**-Organização Comunista de Angola

**CNE**- Comissão Nacional Eleitoral

**CCPM**- Comissão Conjunta Política Militar

**EUA**- Estados Unidos da América

**SINSE**- Serviço de Inteligência e Segurança de Estado

**PIDE**-Policia Internacional da Defesa do Estado

**URSS**- União das Repúblicas Sociais Soviéticas

**WORGAN**- Voz da Resistência do Galo Negro da UNITA

**FAA**- Forças Armadas Angolanas

**ISCED**- Instituto Superior de Ciências da Educação



## **Introdução**

## Introdução

A Guerra Civil é um evento que envolve forças beligerantes que através de meios violentos pretendem alcançar determinados fins. Certamente como diz o estratega militar alemão Von Clausewitz (1780-1831), a guerra é a continuação da política por outros meios<sup>1</sup>. Todavia, por ser um acto hediondo deve ser veementemente negado por qualquer cidadão, comunidade, sociedade ou país, pois, destrói aquilo que é mais precioso no mundo, a vida humana (Azevedo, 2014). Em Angola, a Guerra Civil que começou depois da proclamação da independência aos 11 de Novembro de 1975 com o falhanço dos acordos de Alvor e continuou com interlúdios até 2002 aquando da assinatura do memorando de Luena. De acordo com Freitas (1975), o conflito foi uma luta de poder entre dois ex-movimentos de guerrilha anticolonial, o comunista Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a anticomunista União Nacional Para a Independência Total de Angola (UNITA), sendo que antes tinha penetrado a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) que desaparecem da cena política em 1976. Este conflito armado interno, vitimou milhares de vidas humanas, produziu centenas de deslocados e destruiu as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do país. Para Carvalho (2014) a Guerra Civil angolana durou 27 anos e pode ser dividida aproximadamente em três períodos de grandes combates - de 1975 a 1993, 1992 a 1994 e 1998 a 2002 - com períodos de paz frágeis. Quando o MPLA alcançou a vitória em 2002, mais de 500 mil pessoas morreram e mais de um milhão foram deslocadas internamente. A Guerra deixou sequelas nas mentes daqueles que participaram activa ou passivamente através da produção de memórias traumáticas. Neste caso, a história da guerra ficou marcada pela existência de memórias e esquecimentos produzidos pelos principais actores político-partidários tendo em atenção a divisão ideológica, interesses e a salvaguarda ou manutenção do poder.

A memória colectiva é o conjunto de representações sociais acerca do passado que cada grupo produz, institucionaliza, guarda e transmite através da interacção de seus membros (Halbwachs, 1990) e para Pollak (1989, p. 15) "o esquecimento e respectivos silenciamentos aproximam-se as narrativas socialmente aceites, comemorações públicas, enquadramento social e deixam a sua marca em

---

<sup>1</sup> <https://brasilescola.uol.com.br/guerras/o-conceito-guerra-clausewitz.htm>, consultado dia 22 de Janeiro de 2022, pelas 22 horas e 20 minutos.

processos de negociação, autorizações e silêncios no que pode e não pode ser dito, nas disjunções entre narrativas privadas e discursos públicos”.

A abordagem da temática Memória e o Esquecimento da Guerra Civil angolana (1975-1993): um olhar sobre o Município da Matala visa reconstruir lembranças do passado conflituoso angolano fazendo aproximações entre teorias, teóricos e testemunhos a partir do terreno. E sendo o município da Matala um espaço cosmopolita por absorver afluxos de pessoas de várias origens do território angolano, sobretudo daqueles que fugiram das suas terras de origem, surgiu o interesse de ser o campo de acção e como parte do entendimento deste projecto de pesquisa. Claramente, o projecto procura encontrar a dimensão da memória produzida pelos protagonistas, analisar a dimensão ideológica da memória, a sua partidarização e a sua transmissão enquanto memória colectiva, bem como as nuances do esquecimento que o contexto possa produzir. Os relatos cingir-se-ão em torno de acontecimentos do 27 de Maio de 1975; O Setembro Vermelho na Jamba; Sexta-Feira Sangrenta de 23 Janeiro de 1993 e os Confrontos pós eleitorais de 1992.

Neste caso, tal como defende Miguel (2021) em nosso entender o lugar da memória nem sempre é real, pode ser simbólico e recreada constantemente mediante interesses e visões ideológicas do momento pelas elites para salvaguardar o poder. Destarte, a memória é constantemente usada em eventos, acontecimentos e comemorações como instrumentos que permitem promover o esquecimento (a ideia do herói nacional em Angola, o monumento que exclui outras personagens importantes da história do país, o busto do fundador da nação angolana sem outros líderes histórico só para dar exemplo) e isto pode ser fomentado pelos vencidos, bem como pode emergir uma memória subterrânea decorrente dos grupos subalternos que se levantam face a qualquer ostracização social ou política. Esta ideia é mancomunada pela historiadora Conceição Neto (2015, p. 380 citado por Miguel, 2021, p. 03) ao afirmar que na sociedade angolana existe a partidarização da memória:

Existe no nosso contexto a partidarização da memória que pode ocorrer com a situação dos partidos dominantes, assim como os partidos da oposição que procuram criar uma narrativa própria da sua trajectória histórica, a sua galeria de heróis e vilões, a sua justificação pelo que fez ou o que não fez. Em congressos ou datas

comemorativas, refaz-se o discurso, ajusta-se um pouco as circunstâncias, mas raras vezes se altera a essência das narrativas. Tudo isto ocorre para cimentar os laços entre os militantes ou um grupo de militantes, legitimar posições, estabelecer o valor dos nossos contra os outros.

Quando se está perante aos assuntos ligados a memória histórica da guerra civil angolana, procura-se entender que a mesma pode ser revivida no tempo e no espaço, procurando as principais personagens que constituem a memória, o que faziam, porque o faziam, com o objectivo de procurar saber o que de facto aconteceu. Miguel (2021, p. 02) afirma que “o testemunho, instrumento importante na reconstrução da memória é útil na medida em que carrega experiências passadas que podem ajudar a reconstruir o passado, mas em circunstâncias concretas ficam limitadas a interesses específicos, pois, os sujeitos históricos procuram transmitir as memórias que melhor protegem a sua condição. O esquecimento aparece sobretudo com a linguagem quando a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, pode ocasionar limitações no relato”. Portanto, a testemunha várias vezes procura informar de forma parcializada tendo em atenção aos interesses, visão ideológica e motivação do grupo, como nos lembra Jelin (2002).

O trabalho é de suma importância científica e isto pode ser entendido na dimensão teórica e prática: Vertente teórica: o trabalho visa apresentar de maneira sistematizada os conhecimentos científicos ligados a Memória e o Esquecimento da Guerra Civil angolana (1975-1993); Vertente Prática: espera-se que o trabalho sirva de caminho para se compreender a Memória e o Esquecimento da Guerra Civil angolana de 1975 a 1993, as forças política que participaram, as igrejas, grupos de cidadãos sem vinculação político-partidária, as “vozes dominantes e subalternas” os estados que estiveram envolvidas e que estiveram por detrás desta guerra, as causas, as personagens que se destacaram, o que foi relatado e o que não foi relatado depois de vários acontecimentos. Em relação aos resultados práticos, a nossa investigação permitirá elaborar um texto de apoio reservado à sociedade académica e ao público interessado em questões sobre a Memória e o Esquecimento da Guerra Civil angolana de 1975 a 1993.

O trabalho segue os seguintes objectivos: A investigação tem como finalidade descrever a memória e o esquecimento da guerra civil angolana (1975-1993) no

município da Matala; Identificar os principais teóricos que discutem sobre a memória e o Esquecimento; Elaborar um quadro teórico que descreva a Memória e o Esquecimento da Guerra Civil angolana de 1975 à 1993; Diagnosticar o estado actual da Memória e o Esquecimento da Guerra Civil angolana de 1975 a 1993 no município da Matala; Entrevistar figuras ligada directa e indirectamente a guerra civil angolana no município da Matala; Fazer mapeamento da cidade da Matala quanto a Memória e Esquecimento da Guerra Civil Angolana (1975-1993). E como método utilizámos histórico, funcionalista, materialismo histórico e a técnica da entrevista aplicada a uma amostra 10 de sujeitos diante da população matalense.

O trabalho está estruturado em dois capítulos, sendo o primeiro a parte da fundamentação teórica, onde procurámos os diferentes autores e suas teorias como Le Goff, Halbwachs, Jelin, Pollak, Ricoeur e Primo Levi. Aliás, como não devia deixar de ser, o texto incluiu autores que se debruçam sobre a guerra civil em Angola; o capítulo dois serviu para analisar os aspectos vinculativos às memórias e o esquecimento de testemunhas directas ou indirectas da guerra civil angolano, bem como a sua aproximação aos clássicos da teoria sobre memória.

**1. CAPÍTULO I – DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE A MEMÓRIA E O  
ESQUECIMENTO DA GUERRA CIVIL ANGOLANA**

## 1.1 Discutindo Memória e Esquecimento

Este primeiro capítulo da investigação, irá identificar as principais teorias e teóricos que discutem a Memória e o Esquecimento num contexto recente e antigo com objectivo de narrar os factos históricos sobretudo àqueles aplicados ao contexto angolano. A memória é parte dos seres humanos e por esta razão os torna únicos no reino animal. As experiências vividas pelos sujeitos, tornam-lhes importantes no processo de reconstrução dos acontecimentos. Portanto, o testemunho enquanto saber dado pela testemunha é um instrumento essencial na reconstrução da memória, pois, carrega consigo experiências passadas que podem ajudar a reconstruir o passado, a perceber o presente e a perspectivar o futuro mesmo quando há a produção do esquecimento.

### Memória e Esquecimento

A palavra memória, de origem latina, deriva de *menor* e *oris* e significa “o que lembra”, ligando-se assim, ao passado ou ao já vivido Ricouer (2000, p. 23). A nível individual, a memória é a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar certas informações, “graças as quais o homem pode actualizar impressões ou informações passadas” (Salgado, 2000, p. 423).

O debate sobre a memória ao longo do seu desenvolvimento teve vários contributos, sendo a de Bergson (1999) a responsável pela concepção da memória individual, enquanto conjunto de imagens produzidas por um sujeito ao longo da sua vida sem necessariamente ter um cunho social. Porém, foi com Halbwachs, seu discípulo, que revolucionou esta discussão ao imbricar a memória ao carácter colectivo por meio das obras “Os Marcos Sociais da Memória (2004)” e a “Memória Colectiva (1990) “. Nesta perspectiva, a memória é encarada como a história vivida por uma comunidade, suas tradições e costumes, tendo em conta os marcos sociais da memória. A memória colectiva é o conjunto de representações sociais acerca do passado que cada grupo produz, institucionaliza, guarda e transmite através da interacção de seus membros (Halbwachs, 1990). De Sá acrescenta que “ são as pessoas que se lembram, embora a forma e boa parte do conteúdo das suas memórias sejam socialmente determinadas pelos grupos, pelas instituições, pelos marcos mais amplos da sociedade, por recursos culturalmente produzidos, dentre os quais se inclui a própria linguagem” (De Sá. 2007, p. 291).

De acordo com o sociólogo Maurice Halbwachs, na sua Obra, Quadros Sociais da memória (1925), estabelece que as memórias individuais são o constructo das memórias colectivas sendo ancoradas nos quadros sociais como é a família, o partido político, a igreja e os locais físicos. Para o autor, “o quadro que reconstruímos do passado dá-nos uma imagem mais precisa da sociedade” (Halbwachs, 1925, p.95).

Estudar as memórias colectivas fortemente constituídas, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação colectiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, em tentativas mas ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre colectividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações (Pollak, 1989, p.10).

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. A construção de identidade, irá constituir uma preocupação entre os grupos que se compõem, para assim se sentir mais unido.

E no dizer de Pollak (1989), quando se está a fazer um trabalho de enquadramento, deve-se ter coerência da informação daquilo que se pretende, não desprezar as memórias individuais, exigindo mais crítica das várias fontes que se identifica como memórias, não usar as informações falsas, aquelas que podem colocar em risco para uma memória ser credível, porque o que se quer constituir, deve ser uma informação pura que vai caracterizar um determinado grupo. Pollak afirma que “dentro da preocupação com a imagem que a associação passa de si mesma e da história que é sua razão de ser, ou seja, a memória de seus deportados, é preciso portanto escolher testemunhas sóbrias e confiáveis aos olhos dos dirigentes, e evitar que “mitómanos que nós também temos” tomem publicamente a palavra” (Pollak, 1989, p.11)

A selecção de indivíduos a ser entrevistados para a constituição de uma memória, devem ser rigoroso, quando se pretende fazer um trabalho de investigação para uma memória colectiva mais congregadora, isto é, dentro de um grupo, fazendo a selecção de indivíduos idóneos que não poderão retirar a credibilidade do mesmo

grupo, por isso, deve-se ter em conta que, quando se trata de enquadramento de memória, exige em agrupamento de memórias colectivas com objectivo de ter uma uniformidade da mesma.

Deste modo, determinadas lembranças são reiteradas no meio da família de cada indivíduo, mesmo quando se encontra em circunstâncias diferentes, quer em outra família e grupos sociais onde cada individuo estiver integrado. Isto fica mais nítido quando Halbwachs (1925) ressalta que as memórias familiares se desenvolvem de facto, como em tantos terrenos diferentes, na consciência dos vários membros do grupo doméstico (Halbwachs,1925, p.125). Esta afirmação caminha na senda do que defende Jelin (2002, p.9) ao relatar que “existe uma cultura da memória onde os indivíduos, grupos familiares, comunidades e as nações recontam seus passados, para si mesmas e para outros, que parecem dispostos a visitar aqueles passados, para ouvir e olhar seus ícones e traços, para perguntar e investigar”. Como os indivíduos não pertencem apenas a um grupo e se inserem em várias relações sociais, as diferenças individuais de cada memória expressam o resultado da trajectória de cada um ao longo de sua vida. A memória individual revela apenas a complexidade das interacções vivenciadas por cada indivíduo e no dizer de Halbwachs, estão ancorados nas memórias colectivas. Portanto, não é o indivíduo isoladamente que tem o controlo do resgate sobre o passado. A memória é constituída por indivíduos em interacção, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais resultado desse processo.

Na realidade, é verdade que as memórias são apresentadas sob a forma de sistemas. É porque estão associados na mente que são evocados, e que alguns permitem a reconstrução de outros. Mas estas diferentes formas de associar memórias são o resultado das diferentes formas de associar as pessoas, e cada uma delas só pode ser devidamente compreendida, como aparece na mente individual, se for colocada na mente do grupo correspondente. Só podemos compreender a sua força relativa, e como se combinam no pensamento individual, relacionando o indivíduo com os vários grupos a que ele pertence ao mesmo tempo (Halbwachs,1925, p.87).

Halbwachs (1990), não encara a memória colectiva como uma imposição ou uma forma específica de dominação ou violência simbólica, refere apenas que desempenha o papel de memória comum que reforça a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afectiva dos membros ao grupo. Ainda que o indivíduo

pense que sua memória é estritamente pessoal, uma vez que ela pode resgatar acontecimentos nos quais só ele esteve envolvido ou fatos e objectos que só ele presenciou e viu, ela é colectiva, pois o indivíduo ainda que esteja só é o resultado das interacções sociais (Araújo, 2007, p.97).

Sobre o esquecimento, a discussão teve como cientista proeminente Michel Pollak (1989, p. 15) que alegava que o esquecimento decorre da falha na busca pelos dados passados seja pela mudança do *status quo* da testemunha, seja pela dimensão cultural, política ou até económica alcançada pelo sujeito. O esquecimento e os respectivos silenciamentos aproximam-se as narrativas socialmente aceitas, comemorações públicas, enquadramento social e deixam a sua marca em processos de negociação, autorizações e silêncios, no que pode e não pode ser dito, nas disjunções entre narrativas privadas e discursos públicos. Portanto, é a impossibilidade de exprimir aquilo que se encontra no interior, e por vezes, essa força de exprimir é que fica condicionada diante de memórias traumáticas que podem produzir o apagamento de certas lembranças. Entretanto, a memória define-se como a luta contra o esquecimento. Percebe-se que o esquecimento pode dizer-se de duas formas diferentes: seja pelo apagamento definitivo das marcas ou vestígios, seja o impedimento provisório, eventualmente superável, de aceder às mesmas. Com efeito, é a memória, no momento do reconhecimento do objecto esquecido no determinado lugar que confirmem o esquecimento (Paul Ricoeur, 2000).

A forma de analisar o passado é sempre baseada em lembranças que no presente de uma ou de outra forma, possa orientar o futuro. De acordo com o Jelin (2002, p.31) “o passado que é lembrado e esquecido é activado em um presente e com base nas expectativas futuras fomentado pelos grupos neles imbricados”. Esta tendência de concertar o presente de forma colectiva pode levar ao esquecimento colectivo. Neste diapasão, Pollak (1989), afirma com exemplos práticos que a análise que fez a quarenta relatos autobiográficos de mulheres que sobreviveram aos campos de concentração de Auschwitz-Birkenau, mostrava que havia vontade de narrar aquilo que tinham testemunhado nos campos de concentração como forma de esquecer e de retomar a vida normalizada, deixando para trás os momentos traumatizantes.

A recordação (lembança) pode apresentar até certo ponto a sua negatividade principalmente quando se refere ao passado traumático. Portanto, as lembranças podem fazer emergir a evocação da dor vivida. "A recordação de um trauma sofrido ou infligido, é também traumática, porque evoca-lo dói ou pelo menos perturba: quem foi ferido tende a cancelar a recordação para não renovar a dor, quem feriu expulsa a recordação até as camadas profundas para dela se livrar, para atenuar o seu sentimento de culpa" (Levi,2004, p.20). Para os sobreviventes do Holocausto também se referiram a impossibilidade de dar testemunho verdadeiro acerca da experiência vivida nos campos de concentração, muito pelo trauma dos acontecimentos vividos. No indivíduo (testemunho), a marca do traumático intervém de modo central naquilo que o sujeito pode lembrar ou esquecer (Jelin, 2002, p. 10).

Do mesmo modo, a memória colectiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva (Le Goff, 1990, p.427).

Pierre Nora (1990), identifica como "lugares de memória" aqueles lugares onde a memória se cristaliza, se materializa, tornando-se referência para uma sociedade ou um grupo social. Ao diferenciar memória e história, considera que a primeira corresponde à vida, disponível à dialéctica da lembrança e do esquecimento e, portanto, disponível ao uso de manipulações. Assim, memória relaciona-se com a dimensão do tempo passado, estabelecendo uma necessária interacção entre o esquecimento (apagamento) e a preservação integral do passado (Soares, 2009). No plano individual, através de critérios diversos, a memória tem a capacidade de seleccionar, organizar e sistematizar lembranças daquilo que já foi vivenciado para se construir de um presente melhor em relação ao passado vivido.

## **1.2 História e Memória**

Até os nossos dias "história e memória" confundiram-se praticamente e a história parece ter-se desenvolvido "sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização". Os historiadores davam a fórmula das "grandes mitologias colectivas", "ia-se da história à memória colectiva". Mas toda a evolução do mundo contemporâneo, sob a pressão da história imediata em grande parte fabricada ao

acaso pelo media, caminha na direcção de um mundo acrescido de memórias colectivas e a história estaria, muito mais que antes ou recentemente, sob a pressão dessas memórias colectivas (Le Goff. 1990, p. 473). Se a história, enquanto disciplina, construiu suas regras e métodos para supervisionar os modos de reconstituição do passado, no mercado simbólico deste capitalismo tardio, a “história de grande circulação” revela-se mais sensível às estratégias do presente, organizando-se através de esquemas explicativos, conforme necessidades afectivas, morais e políticas (Cortada, 2017).

Um historiador que muito abordou o assunto ligado a História e a Memória é Jaques Le Goff (1990, p.34), pensador da Escola dos Annales. Entendia a Memória como fonte de saber sobre o tempo que é útil a compreensão do passado sendo parte do objecto da história que serve a reconstituição dos acontecimentos de povos ágrafos, sem escrita ou que vivem da oralidade. O autor acrescenta que “no estudo histórico da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita como também às fases de transição da oralidade à escrita.” (Idem: 427). Na esteira do mesmo argumento, Halbwachs comenta que “nas tribos primitivas, os anciãos são os guardiões das tradições, não só porque os receberam mais cedo do que os outros, mas também, sem dúvida, porque só eles têm o lazer necessário para fixar os pormenores no decurso das discussões com os outros anciãos, e para os ensinar aos jovens desde o momento da iniciação” (Halbwachs, 1925,p.89).

A memória presume uma temporalidade que tem como síntese a história vivida. A história vivida para alguns fica no arquivo, no registo oficial e no fato em si, para outros na lembrança, registada em papel, fotografias, sentimentos, cartas, diários pessoais, registos de viagem, enfim, de muitas formas que as mantêm conservadas aguardando para ser relembradas<sup>2</sup>.

Pierre Nora (1990), historiador francês da terceira geração da Escola dos Annales através do conceito lugares de memória entendia que a história corresponderia a uma reconstrução problemática de algo incompleto que não existe mais. Quando a sociedade passa a ocupar o lugar da nação, esta é transformada num facto,

---

<sup>2</sup> <https://www.itaucultural.org.br/entre-tempo-memoria-e-historia-se-constroem-as-narrativas-do-passado>. Consultado 16 de Abril de 2022, pelas 23h46.

produzindo lugares de memória, oriundos da ausência de uma memória espontânea e, portanto, produzindo a necessidade de criação de arquivos. A história apodera-se dos lugares “experienciados” e vividos para os petrificar, materializar e sem esta operação, os lugares não seriam lugares. O que quer dizer a história vai recorrendo a memória como fonte principal da sua identidade, buscando informações nos documentos escritos, as individualidades orais, nos monumentos e em outros arquivos.

Em Halbwachs (1990) na obra *Memória Colectiva* inclui o conceito de Memória Histórica para se referir a sucessão de acontecimentos marcantes na história de um país. O próprio termo “memória histórica” seria uma tentativa de aglutinar questões opostas, ou seja, enquanto a memória colectiva está inscrita na continuidade e deve ser vista sempre no plural (memórias colectivas), a História, por outro lado, encontra-se pautada na síntese dos grandes acontecimentos da história de uma nação, o que para Halbwachs faz das memórias colectivas apenas detalhes. Neste sentido, a memória se torna em história depois dos protagonistas dos acontecimentos já não estarem vivos.

Para Halbwachs (1925), os diversos grupos sociais marcam a diferenciação entre si, reforçando a consciência das fronteiras socioculturais vinculadas ao reconhecimento de pertença que, por sua vez, é criador de identidade. Portanto, a memória é uma construção e, como tal, é perpassada, veladamente, por mediações que expressam relações de poder que hierarquizam, segundo os interesses dominantes, aspectos de classe, políticos e culturais.

A história não é neutra, também não há neutralidade nos registos da memória. As lembranças não são registos passivos ou aleatórios da realidade. Elas não são meros registos fotográficos dispostos num álbum mental; “não arquivamos instantâneos objectivos dos factos acontecidos, senão que captamos o significado, o sentido e as emoções às quais se associaram tais experiências” (Ricoeur, 2000, p. 20).

Destarte, a história alimenta-se da memória e, evidentemente, pode tomá-la como objecto, matéria-prima ou ponto de partida no dizer de Le Goff; porém, não pode construir conhecimento exclusivamente a partir dela, pois corre o risco de não avaliar correctamente o grau de parcialidade, subjectividade, superficialidade e

deformação que pode conter, o que claramente comprometeria o trabalho do historiador, numa perspectiva de produção de conhecimento científico, dão o recurso a fontes históricas.

Portanto, enquanto a história se fundamenta sobre um saber universal aceitável, para a memória a presença do passado no presente é fundamental para a legitimação de certos saberes ou hierarquizações e para articular as narrativas do passado vivido à percepção do presente pretendido, como afirma Chartier (2007).

### **1.3. O 27 de Maio de 1977**

O 27 de Maio de 1977, é um assunto muito controverso em termos de abordagem com relatos cujo entendimento envolve a busca por narrativas oficiais produzidas pelo poder político e a sua imprensa, bem como subterrâneas produzidos por uma comunidade vinculada as vítimas de modo directo ou indirecto, evitando assim a produção de uma espécie de negacionismo histórico<sup>3</sup>. Segundo Nzagi (2021) o 27 de Maio de 1977, teve várias nomenclaturas atribuídas pelos pesquisadores, sendo uma delas a que denomina como uma insurreição mal concebida. Na mesma senda a historiadora, Dalila Mateus (2013), reitera que os actos do 27 de Maio de 1977 terão sido um contra golpe bem preparado. o Norrie MacQueem (1998), considera o evento como um falhado Golpe e Carlos Pacheco (2016), chamou de apocalipse.

Nesta ordem de ideias, recorrer-se-á a determinados autores que navegam por estas temáticas como é o caso de Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus na obra “Purga em Angola (2010), o 27 de Maio de 1977”; o Inácio Luiz Guimarães Marques na sua Dissertação do Mestrado com o Título de “A Memória de um golpe: o 27 de Maio de 1977 em Angola”(2012); Lara Pawson na sua narrativa com o título “O 27 de Maio angolano visto de baixo Lara” (2012); Miguel Francisco o sobrevivente que tem-se destacado nas sua entrevistas sobre o 27 de Maio de 1977 em Angola, aquele que escreveu uma obra com o título de “Nuvem Negra O drama do 27 de Maio de 1977 em Angola” citado pelo Jornal Daw África (2003).

Ainda assim, para se perceber melhor os acontecimentos deste período, assim como as “zonas cinzentas” cujas narrativas se contradizem entre a existência de um

---

<sup>3</sup> O negacionismo histórico, também chamado de negação, é a falsificação ou distorção do registo histórico. Não deve ser confundido com o revisionismo histórico, um termo mais amplo que se estende a reinterpretções académicas razoavelmente fundamentadas e recentemente evidenciadas da história. Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Historical\\_negationism](https://en.wikipedia.org/wiki/Historical_negationism). Consultado aos 16 de Abril de 2022, pelas 20h00.

golpe de estado e a reforma interna do partido a ser sugerida por Nito Alves, é importante fazer dos livros e da narrativa da história oral um verdadeiro aporte da compreensão deste passado. Na verdade, o 27 de Maio apresenta dois pontos de vista: primeiro, por um lado que até hoje, foi visto como uma grande manifestação a favor do Nito Alves que, nessa altura, tinha muita popularidade. O governo encara aquilo como uma tentativa de golpe de Estado que mais tarde controlado<sup>4</sup>.

Segundo Mateus & Mateus (2013, p.9), o 27 de Maio de 1977, foi um acontecimento que se viveu em Angola, dentro da organização política que é o MPLA. Este cenário triste, não só ficou marcado com a expulsão de militantes do movimento, mas também atingiu outros membros que não estavam ligadas directamente a organização política, como é o caso de simpatizantes, amigos e familiares daqueles que eram considerados como elementos que pretendiam efectuar o golpe, ou seja, na linguagem oficial ficaria conhecidas por fraccionistas. Com base na concepção dos autores acima, pode-se aferir que os acontecimentos de 27 de Maio, alcançaram proporções alarmante, causando várias mortes e “obrigou” a que muitos militantes abandonassem o partido fruto da cisão que se criou no seio do partido causando assim alas entre os considerados fiéis aos ideais do partido como conservadores e aqueles que tentaram perpetrar o golpe fraccionista.

O infausto acontecimento afectou profundamente membros do partido MPLA acusados de fraccionistas. Contudo, no dizer de Mateus (2013, p.9) “este cenário triste, não atingiu inimigos partidários, mas sim família da mesma organização política. Estes elementos que eram acusados de efectuar o golpe, sofreram torturas, alguns foram fuzilados, cadeias sem julgamentos, morto que até hoje não se sabe de onde repousam os seus corpos”. Este acontecimento não foi uma guerra como tal, porque não se tratou de forças inimigas, apenas grupo de dissidentes.

No entanto, o que estava se viver internamente no partido, qualquer acção que levaria uma mobilização das massas, seria entendido como um golpe, e Nito Alves pela sua popularidade, confiava que era necessário tomar o poder de uma outra forma, na visão deste historiador. Doravante, como diz o historiador Andre Ngazi:

Quanto a mim, como historiador, eu penso que aí estava bem patente a tentativa de uma usurpação do poder. Porquê? Porque

---

<sup>4</sup> <https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20210816-investigador-27-de-maio-foi-tentativa-de-limpar-antigos-her%C3%B3is>, consultado dia 21 de Dezembro de 2021, pelas 9 horas e 15 minutos.

vamos ver que nessa altura o Nito Alves já tinha tomado a base militar da PM lá no Grafanil, tinha tomado a Rádio Nacional. Se olharmos para a história das revoluções, normalmente para um regime ou para um grupo que quer tomar o poder em forma de revolução, toma primeiramente esses pontos: a rádio, a televisão, o aeroporto, então para alguém que já tinha tomado esses sectores”<sup>5</sup>

Para este Historiador, pretendia-se realizar um golpe de estado, embora haja outros argumentos que contrarie, mas esta acção levada pelos apoiantes de Nito Alves tinha as características como se trata-se de um golpe. A pesquisadora Mafalda do Sacramento em seu artigo “Os golpes de Estado como principal meio de subversão”, concorda acerca deste pensamento, quando diz:

Para que num país se dê um golpe de Estado, não tem necessariamente de haver uma força de rebelião contra o governo. Acontece, por vezes, serem os próprios membros ou líderes do governo os que agem contra o sistema, de maneira a poderem aumentar o poder que têm sobre uma nação (Mafalda, 2013,p.89).

Destarte, na visão deste autor, o 27 de Maio de 1977, poderia ser considerado uma tentativa de um golpe, porque o golpe tem como característica a tomada do poder pela força. Pelo que, fica difícil afirmar se de facto os Nitistas pretendiam mesmo um golpe de estado ou apenas realizar reformas ao nível do aparelho do partido terminando mais tarde no aparelho do estado. Deste modo, o Nito Alves foi apoiado pela 9ª Brigada das FAPLA, tendo esta invadido a cadeia de São Paulo libertando mais de 150 Nitistas. Na senda do raciocínio de Mafalda e Gaspar pode-se deduzir que houve tentativa de um golpe.

Claramente, esta visão diverge do Francisco Michel, sobrevivente do 27 de Maio de 1977 ao alegar que “o 27 de Maio foi um crime político e uma violação dos direitos humanos e não o resultado do conflito armado. A maior parte das pessoas que morreram nem sequer sabiam quem era Nito Alves”<sup>6</sup>. Estes argumentos acasalam-se com a dimensão erudita, que fala em protecção do próprio presidente do Partido que corria perigo se tivermos em conta os ideias do Lúcio Lara, que defendia um modelo socialista diferente do Marxismo-leninismo, que era os ideias do próprio

---

<sup>5</sup> - Andre Ngazi, <https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20210816-investigador-27-de-maio-foi-tentativa-de-limpar-antigos-her%C3%B3is>, consultado dia 21 de Dezembro de 2021, pelas 8 horas e 10 minutos.

<sup>6</sup> <https://www.voaportugues.com › sobrevivente-e-associa. Sobrevivente e Plataforma 27 de Maio acusam Governo. Consultado no dia 29 de Outubro de 2021, pelas 11h50.>

partido, que na qual o Nito Alves defendia com unhas e dentes nas suas 13 teses (Figueiredo, 2010, p.130).

Na narrativa destes autores, o 27 de Maio de 1977, teve alguns protagonistas para um determinado fim, mas nega que se trata de um golpe de estado. “Muitos dos que foram vítimas do 27 de Maio foram inocentes, uma vez que se tratou de suspeita, ou seja, não se tinha certeza, quando o massacre teve início, todos que estavam próximo de Nito Alves como os não, desde que tenha intenção de participar deste golpe foram vítimas; estima-se que o número dos mortos esteja entre 15.000 a 80.000”<sup>7</sup>. Na perspectiva destes autores, pode-se entender que Nito Alves não foi o único descontente, havia um outro grupo que se mostrava também descontentamento e os Nitistas queriam segundo eles, defender o Presidente do Partido, daí ter dado esse mal entendido que vitimou milhares de angolanos”(Mateus & Mateus, 2013,p.62) ..

Neste pensamento, Lúcio Lara nos leva a ideia de que estava preocupado com as ideias do Nito Alves<sup>8</sup>. Segundo Mateus & Mateus (2007), os mesmos pronunciamentos foram confirmadas pelo Rui Coelho, chefe do gabinete do primeiro-ministro Lopo do Nascimento quando afirmava que “Estamos confrontados com uma grande conspiração. Temos de ter cuidado. É uma grande conspiração”. Olhando para esta narrativa, se estava perante a uma luta de contraditórios, sem qualquer golpe e juntava-se a esta narrativa os enormes problemas sociais que se vivia em Luanda. Infelizmente, os boatos disseminados permitiu que Nito Alves fosse afastado do seu cargo como Ministro da Administração Interna e membro do Bureau Político (Idem:62-63).

Então o cenário vai estar mais alarmante uma vez que dentro do MPLA, vai surgir os designados Nitistas, aqueles que defendiam uma revolução dentro do MPLA, e vemos que aqui não se trata de um golpe levado pelo Nito Alves, não, apenas um homem que queria um direcção diferente daquelas que estava ser conduzida pelo Agostinho Neto com influência clara de Lúcio Lara, e com esta postura de Nito Alves, os próximos de Dr. Agostinho Neto vão se sentir ameaçados e derrubar o grupo de Nito Alves, era a solução encontrada por eles.(Idem: 66)

---

<sup>7</sup> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fraccionismo>, consultado dia 3 Dezembro Janeiro de 2021, pelas 4 horas e 40 minutos.

<sup>8</sup> <https://www.dw.com/pt-002/a-outra-face-de-l%C3%BAcio-lara-o-27-de-maio/a-19088115>, consultado dia 27 de Novembro de 2021, pelas 12 horas e 50 minutos.

Contudo, Manuel Pedro Pacavira terá sido o primeiro a denunciar a existência de uma conjuntura Nitista no interior do partido MPLA e Nito Alves foi apresentado como um traidor, ambicioso, estudante de Direito, aquele que tinha vontade de ver os brancos fora do MPLA, com o objectivo de substituir Neto; aquele que tinha um grupo já criado que seria capaz de depor o Dr. Agostinho Neto (Idem:66-67).

Os programas radiofónicos aparentemente ligados aos Nitistas como são o Kudibanguela<sup>9</sup> e o jornal Diário de Luanda, tão logo estava a ocorrer o processo de perseguição foram encerrados. O ambiente de caça às bruxas dava a entender que quem fosse amigo do Nito Alves ou crítico ao regime era conotado e corria o risco de ser preso, torturado, desaparecido ou fuzilado. Tudo isto fomentava a visão de que aquilo foi um acto que teve como pano de fundo acabar com os Nitistas. Portanto, na assembleia que aconteceu na cidadela no dia 21 de Maio de 1977, exibia-se os panfletos de ódio, com dizeres que colocavam em choque os membros do mesmo partido, sobretudo para àqueles que pensavam diferente, ou seja considerados como fraccionistas. Todos eles eram acusados de ser agentes de Moscovo, àqueles que tinham uma formação em direito e que podiam derrubar o Agostinho Neto, o discurso que se tinha era diferente da comissão de inquérito criado com objectivo de apurar se de facto a informação do golpe era verdadeira (Mateus & Mateus, 2013.P:76-80).

Como afirma Figueiredo (2010), nos dias 20 e 21 de Maio, houve reunião do comité Central do MPLA e foi nestes dias que se determinou a expulsão do Nito Alves e José Van-Dunem, mesmo apresentando provas de que existia desvios e violações constitucionais levados a cabo pela DISA. Discursos improvisados foram feitos, mas quando a notícia do afastamento de Nito Alves e José Van-Dunem foi divulgada, houve muitos protestos e começavam assim as detenções. O Jornal de Angola no dia 22 de Maio, dava conta deste resultado e o comunicado foi lido na íntegra. No entanto, as perseguições começavam a ter maior tom nesta fase, mesmo com negações de que não se pretendia o golpe, muitas reuniões clandestinas aconteciam, a desconfiança era notória no seio dos membros do partido.

---

<sup>9</sup> “Programa de rádio que tinha a particularidade de ser ao vivo e dos espectadores nele participarem, que se destacava entre os outros para se tornar a voz do Povo, num programa que era o Hino das Massas”, ver a fonte: [https://club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=43526:para-honrar-quem-foi-meu-pai-adelino-antonio-dos-santos-betinho&catid=41004&Itemid=1079&lang=pt](https://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=43526:para-honrar-quem-foi-meu-pai-adelino-antonio-dos-santos-betinho&catid=41004&Itemid=1079&lang=pt), consultado dia 12 de Janeiro de 2022, pelas 11 horas e 30 minutos.

Pawson (2007), no seu artigo intitulado “*O 27 de Maio angolano visto de baixo*”, faz uma análise acerca do 27 de Maio, debatendo ideias de autores ligados ao MPLA, como é o caso do britânico Michael Wolfers, e fazendo a síntese do mesmo autor, ele chegou em conclusão que Nito Alves, pretendia realizar manifestação de contestação face a governação desenvolvido por Agostinho Neto, onde via-se que a influência principal era de Lúcio Lara dentro do partido. O autor, concluiu que a 9ª Brigada, fez parecer um Golpe, a presença de militares na manifestação nunca deveria ser vista se de facto fosse uma manifestação normal e isto, levou a ideia de que o derrube do governo estava a ser consumado na altura. A participação desta brigada, apoiou apenas com a tendência de defender o Nito Alves que na altura era o grande Patriota, aquele que esteve sempre contra maus tratos de qualquer cidadão, não importava o seu estatuto social.

Lembrar que Nito Alves nas suas 13 teses, afirmava que não pretendia o golpe, mas sim desmascarar, denunciar e combater com sua capacidade intelectual, a natureza reaccionária de aliança da direita dos maoístas, no seio do MPLA, uma aliança no seu entender, ameaçava o processo revolucionário e um óptimo serviço as forças do imperialismo mundial, ele critica o não alinhamento de Agostinho Neto e defendia ao extremo o marxismo e o leninismo, (Figueiredo, 2010). Nesta visão, o golpe estava fora da questão, junto com os seus colaboradores e o apoio popular que ele tinha na altura, lhe levou em poucas possibilidades de realizar um golpe, e via-se que o partido caminhava no outro sentido, a pequena burguesia que comandava o partido lhe deixou irritado.

O objectivo era apenas mostrar o descontentamento ou mesmo retirar alguns elementos que estavam a volta de Agostinho Neto “Não, não era um golpe. Não queríamos depor Neto. Só queríamos depor Lúcio Lara e Iko Carreira. Queríamos substituí-los por outros homens.” e essa ideia, o erro destes foi apenas de incluir milhares nesta acção, mas vamos entender aqui que estes militares, já estava descartado com algumas acções de Dr. Agostinho Neto, aquele que estava cercado de gentes corruptos e que até chegava de assinar documentos que colocava o partido em cheque sem passar no partido como órgão máximo de decisão (Pawson, 2007, p:168-171).

Segundo Mateus & Mateus (2013), no dia 23 de Maio de 1977, militares da 9ª Brigada, reunidas em plenário, rejeitaram categoricamente o afastamento de Nito Alves e de José Van-Dunem e no mesmo momento, em vários bairros, estavam contra tal de decisão tomada pelo agostinho Neto. Com este clima que se vivia dentro do partido, o Dr. Agostinho Neto, convida o Nito Alves e José Van-Dunem para um almoço no palácio, exigindo que deviam fazer uma autocrítica pública e eles responderam que não tinham nada a responder por não ter feito nada. No tom tão ameaçador, o Dr. Agostinho Neto teria afirmado que não se responsabilizava pela integridade física deles a partir daquele momento. E a partir daí teriam sido presos.

Entende-se através dos depoimentos de Mateus & Mateus, que o ambiente não era salutar, entre as partes o que terá levado Agostinho Neto a obrigar Nito Alves e José Van-Dunem a se declararem culpados, o que não veio acontecer porque estes alegavam não terem cometido delito. Agostinho Neto, ameaçou-os e dizia-lhes que não se responsabilizaria pelo que iria acontecer.

Por conseguinte, no dia 26 de Maio de 1977, Lúcio Lara aparecia num horário nobre na comunicação social, onde lia um comunicado do Bureau Político do MPLA com mensagem cheio de ódio, declarando que existia uns camaradas com que estavam a violar os princípios da Lei constitucional e as normas do Partido e que alguém pretendia fazer um golpe de estado. Este comunicado, não alterou a força que se tinha dos apoiantes de Nito Alves, as acções de protesto por parte dos apoiantes de Nito Alves, teriam mesmo acontecido no dia seguinte, numa sexta-Feira, onde começariam prender um dos elementos ligados a DISA, teria sido Carlos Jorge (Mateus & Mateus, 2013).

Esta posição tomada pelo Nito Alves, a própria Lei constitucional, previa no seu artigo nº 19, este consagrava o direito de defesa do estado e alargar as conquistas revolucionárias como direito mais indeclinável de cada cidadão da República Popular de Angola; no artigo nº 22, assegurará o direito de livre expressão, reunião e associação<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup>Lei Constitucional da República Popular de Angola, Título II, Direitos e Deveres Fundamentais, Edição: INA, ano de Publicação, 1975.

Nito Alves pretendia que a comunicação social, passasse a verdadeira posição dele, para assim se ter uma informação mais clara e os países amigos terem a noção de que aquilo que se dizia sobre ele era falso por demandarem calúnias e difamação (Figueiredo, 2010). Portanto, no dia 27 de Maio de 1977, pelas seis horas um grupo de militares Nitistas, estalaram-se na rádio e outros na prisão de São Paulo com o objectivo de libertar os presos na rádio, o programa “Kudibanguela” que se tinha sido proibido por MPLA, voltou a estar no ar, onde o locutor, apresentava um discurso de mobilização para se fazer uma presença de frente a mesma estação com pretexto de apenas realizar uma manifestação a favor de Nito Alves e José Van-Dunem. O grito era sonante “abaixo os Ministros corruptos” e viva o teórico Petit. Diante deste cenário, o presidente Agostinho Neto teve que pedir ajuda ao Presidente Fidel de Castro. A intervenção de militares cubanos levou a tomar o controlo da situação, onde eles acabariam de matar muita gente e assim começava as perseguições depois do suposto golpe (Marques, 2012).

#### **1.4. O “Setembro vermelho” e a caça às bruxas na Jamba**

A Jamba em tempos ido era conhecida como principal símbolo da resistência e de organização político-militar da UNITA no dizer de Muekalia (2011). Jamba-Cueio, podemos chamar de Kueio e Jamba do Cuando-Cubango, é uma vila e comuna angolana que se localiza na província do Cuando-Cubango, pertencente ao município do Rivungo. Nas imediações da localidade estava a capital das bases escondidas da UNITA para o sul e sudeste do país quando se procedeu a Guerra Civil Angolana<sup>11</sup>.

A população arregimentada durante a “Longa Marca” vai formar a sua base de Jamba, na região do Kuando-Kubango, por onde a UNITA começa a acantonar-se a partir de meados de 1976. No final do ano, dá corpo a uma base militar que é quase um Estado dentro de um país. Ao longo de anos, a Jamba de Jonas Savimbi, vai tendo aeroportos, Hospitais, escolas, igrejas, serviços administrativos, residências para os dirigentes da UNITA, seus familiares e convidados prisões, prisões, moeda própria, documentos até acesso condicionado, por controlo tipo de imigração com vistos e passaportes (Fernando, 2012, p. 195).

No dizer de Melícias (2017), esta base que era o quartel-general do Dr. Jonas Savimbi, a sua construção, teve início nos anos de 1980 cujo escopo era criar um

---

<sup>11</sup> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jamba-Cueio>, consultado dia 12 de Janeiro de 2022, pelas 23 horas e 20 minutos.

microestado e sua capital, que serviria de treinamento para os quadros da própria UNITA, hospitais e oficinas de material bélico. Encravada no meio da vegetação cerrada do sudeste Angolano, a base de Jamba serviu como plataforma de exposição internacional e regional dos valores políticos e ideológicos da UNITA. Nos primeiros anos da década de 1980, Savimbi passou a investir tempo e recursos materiais para conquistar (e reconquistar) valiosos apoios internacionais para seu movimento. Aliado vital durante os embates iniciais do conflito civil angolano, os Estados Unidos estavam incapacitados, desde 1976, de fornecer qualquer auxílio financeiro substancial para a organização de Savimbi (Melícias, 2017, p.99-100). Neste quartel-general, Savimbi fez muitos investimentos com o objectivo de ser conhecido internacionalmente e expandir as suas ideias, aonde defendia que estava a favor do ocidente, em particular dos Estados Unidos da América.

Apesar de todo aparato político-administrativo e militar, as lideranças da UNITA nem sempre lidavam tranquilamente com os problemas internos como é o caso das dissensões internas ou actos de conspirações. Foi desta forma que ocorreu o 07 de Setembro de 1983. Este evento foi bem relatado por Valentim (2011, p.184) quando afirmou que “no 7 de Setembro de 1983, chamaram as pessoas para a parada, postos ali, algumas pessoas foram chamadas para o centro da parada, estas pessoas que estavam no centro da parada, que eram orientadas a apanharem lenha, atearam o fogo para elas mesmas serem queimadas”. A queima das bruxas foi um acto de intimidação, um ajuste de contas, porque Savimbi tinha actividades sexuais promíscua, esta foi uma lição às mulheres que não se vergaram “na Jamba ninguém defendia ninguém” no dizer de Bela Malaquias<sup>12</sup>. Portanto, existia na UNITA acusações de bruxas, golpes e adultérios. Qualquer um que era acusado destes crimes, era enviado para o centro de produção agrícola para um trabalho sem remuneração. O trabalho que se realizava nestas zonas, não era digno ou seja, era considerado uma grande humilhação na visão dos militantes e membros do comité do partido.

Houve caça às bruxas na Jamba, encabeçada pela Brinde. De acordo Valentim (2011), dentro da própria UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, é quem determinava as detenções e desconfiava continuamente de todos aqueles que tivessem ideias mais

<sup>12</sup>

<https://www.voportugues.com/a/angola-fala-s%C3%B3-bela-malaquias-na-jamba-ningu%C3%A9m-defendia-ningu%C3%A9m-5240274.html>, consultado dia 12 de Janeiro de 2022, pelas 23 horas e 50 minutos.

clara sobre a organização. Portanto, as mortes eram encomendadas e foi deste momento que a UNITA perdeu muitos quadros como o caso da família Chingunji. Sobre este momento, Valentim trás relatos interessantes quando alegava o seguinte:

Ora o ar era sombrio, pois muitos camaradas, esposas de quadros, técnicos, oficiais das FAA e de intelectuais, estavam presas há já muito alguns dias e num destes comícios algumas tinham sido apresentadas em público com as cabeças rapadas. Eram tais raparigas com o 5º ano dos liceus. Neste dia de 1983, que eu considero de obscurantismo da Direcção, liderança da UNITA tinha cometido um grande erro: da Queimada das presumíveis bruxas (Valentim, 2011,p.175).

As muitas mortes que se verificaram na Jamba, foram praticadas com o conhecimento da mesma direcção do Partido, onde depois de receberem relatórios da Os Serviços de Contra-inteligência da UNITA, Brigada Nacional de Defesa (BRINDE), planificavam as mortes dos visados. Os serviços de inteligência começaram a fazer trabalho de espionagem para qualquer membro do partido ou fora dele que pudesse contradizer a UNITA e a sua direcção encabeçada pelo Dr. Savimbi.

O contraditório não era levado em conta, a certeza plena vinha da Direcção da Segurança do Partido. E assim várias mortes foram registadas nesta visão. Nesta maratona de matanças, destaca-se a de Tito Chingunji, que foi acusado de ter relações amorosas com a sua esposa, Ana Isabel, e por outra, de querer derrubar o Savimbi dentro do Partido uma vez que tinha influência popular interna e externa. O principal crime deste membro era o facto de apelar para uma organização mais eficiente no seio da UNITA. Infelizmente, foi acusado de ser agente da CIA e para ele não faltava mais nada a não ser assassiná-lo de uma forma secreta e deste ambiente, parte da sua família também não escapou. Este evento é muito bem relatado por Muekalia nos seguintes moldes:

Se tinha passado no mês do Setembro de 1983, onde se fez acusações contra alguns elementos dentro do partido. Estas acusações incluíam a participação em reuniões discretas e não revelação de conteúdos de conversas conspiratórias com Tito, no caso Lukamba Gato, crescia a acusação de ter permitido encontros românticos entre a mãe Ana Isabel, uma das esposas do Presidente na sua residência em Paris. Nesta reunião foi informado de que Tito a Berlim, Jardo Muekalia, tivera feito papel de parvo, pois a reunião com o mais velho Mendes de Carvalho, tinha lugar na noite passada

ao do pequeno-almoço e o acusado principal, não estava presente (Muekalia, 2011,p.242).

Nesta onda de assassinatos, muitos jovens morreram, como é o caso de Mateus Catalayo, Waldemar Chindombo e Alberto Chindowawa, que até agora as suas mortes nunca foram esclarecidas<sup>13</sup>. Valentim (2011) mancomunada com esta ideia ao dizer que várias mortes foram registadas no decorrer destas práticas levadas pelo líder da UNITA, Dr. Jonas Savimbi. Muitos familiares não conseguiram ver os corpos de seus entes queridos para efectuarem enterro condigno de acordo com os costumes Bantu, sendo digno de destaque os jovens Jorge Ornelas Sangumba, António Wakulukuta, Tito Chincunji, Wilson dos santos e Makala.

Segundo Lopito, numa entrevista concedida a DW África no dia 30 de Maio de 2019, afirma que, não é só o MPLA que cometeu atrocidades em Angola – A UNITA, então liderada por Jonas Savimbi, também o fez. Há muitas “feridas” por sarar para a efectiva reconciliação no país<sup>14</sup>.

Nesta questão, a UNITA, não é um partido “limpo” perante a sua história, houve a atitude de impunidades pelo líder que levou a prática de vários assassinos dos membros do próprio partido na Jamba.

Amilton da Gama (2020), num artigo cujo título é “Purga na Jamba” publicado no Site Club-k, faz relatos interessantes, comentando que na “Jamba houve um momento escuro no período de 1979-1991, onde varias vidas se perderam. Bastasse ter um pensamento contraditório, ou seja, bastava ter uma ideia contrária a Jonas Malheiro Savimbi, a pessoa era visto como um opositor e poderia ser assassinado, e neste sentido, mortes foram registadas, organizava-se fogueiras com o objectivo de queimar vivo aqueles que eram considerados indisciplinados, e havia casos que as vezes a pessoa saia da fogueira com queimaduras mesmo assim, era

---

<sup>13</sup> [https://www.club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=40767:purga-na-jamba-da-tentativa-de-golpe-de-estado-na-unita-amilton-da-gama&catid=17&Itemid=1067&lang=pt](https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=40767:purga-na-jamba-da-tentativa-de-golpe-de-estado-na-unita-amilton-da-gama&catid=17&Itemid=1067&lang=pt), consultado dia 13 de Dezembro de 2021, 23 horas e 22 minutos.

<sup>14</sup> <https://www.dw.com/pt-002/n%C3%A3o-foi-s%C3%B3-o-mpla-que-cometeu-viol%C3%A2ncias-em-angola/a-48978416>, consultado dia 23 de Dezembro de 2021, pelas 7 horas e 10 minutos.

posto na mesma, este método seria o mais viável com o objectivo de poupar o armamento”<sup>15</sup>.

Segundo Oliveira (2013), na UNITA, Savimbi via sempre como os únicos membros capazes de ter cargos superiores os seus familiares e todos aqueles que não eram parentes seus, não podiam ter cargos de destaques. Os argumentos se prescindiam com a segurança, ou seja, quem exercia cargo quando não era da linhagem, não tinha poder de determinar certos assuntos relacionados com o partido. Esse comportamento, fez-lhe perder quadros que depois começaram a desistir, como é o caso de Miguel N’zau Puna e Tony da Costa Fernandes que mais tarde se juntaram ao MPLA no dealbar dos anos de 1990. Em relação ao “Setembro Vermelho” Bela Malaquias adianta:

Eu decidi escrever um livro no momento em que ela assistiu à queima das bruxas, que detalhou esse acontecimento de 7 de Setembro na Jamba com mais clareza, a Jamba era o quartel-general da UNITA e neste dia chamaram as pessoas para uma parada e mas minutos antes dessa chamada Savimbi e a sua direcção, os seus amigos e colegas, tiveram uma reunião de acertos, onde se definiu o que poderia acontecer na parada. Entre as pessoas que foram sacrificadas no dia 7 de Setembro de 1983, destacam-se as seguintes: Judite Bonga, Vitória Chipati e o seu Bebé, Clara Miguel (Conseguiu desfazer-se do seu Bebé), Maria Piedade, João Caetangui, esposa e a filha<sup>16</sup>..

Portanto, no dizer de Fernando (2013), este facto triste que muitos quadros da UNITA não têm capacidade de relatar com mais pormenores, aconteceu de uma forma que muitos testemunharam na própria na Jamba. O principal pretexto, era apenas de ouvir algumas senhoras exprimir aquilo que pensavam e isso lhes custou a vida de uma forma que ninguém podia imaginar, para o Dr. Savimbi, e o outro argumento levantado é de que, estas bruxas tinham influenciado negativamente em algumas baixas em vários combates que se verificam cada vez, justificando as crenças tradicionais, o Savimbi, matou muita gente com uma desconfiança sem nexos. Esta mesma ideia tem a sua concordância com o Valentim (2011), quando ele afirma que varias personalidades se perderam sem uma acusação verdadeira, a

---

<sup>15</sup> [https://www.club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=40767:purga-na-jamba-da-tentativa-de-golpe-de-estado-na-unita-amilton-da-gama&catid=17&Itemid=1067&lang=pt](https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=40767:purga-na-jamba-da-tentativa-de-golpe-de-estado-na-unita-amilton-da-gama&catid=17&Itemid=1067&lang=pt), consultado dia 22 de dezembro de 2021, pelas 20 horas e 40 minutos.

<sup>16</sup> <https://www.voportugues.com/a/angola-fala-s%C3%B3---bela-malaquias-na-jamba-ningu%C3%A9m-defendia-ningu%C3%A9m-5240274.html>, consultado dia 12 de Janeiro de 2022, pelas 23 horas e 50 minutos.

caça a aqueles que pensavam com um cerebro mais puro sobre o partido, eram vistos como substitutos próximos do Dr. Savimbi e logo uma ameaça.

Portanto, os actos praticados por Dr. Savimbi, embora tivessem um caracter tradicional naquela localidade, mas, muitas pessoas inocentes morreram sem um julgamento tradicional digno já que o pretexto era o feiticismo, crianças foram queimadas como aqueles que deviam sequências de bruxarias. Vários quadros e perderam naquele que se chamou de purga na Jamba, quadros do Partido e seus Familiares se perderam, os supostos golpes denunciados pela BRINDE, nunca foram provadas, o pensamento contraditório na Jamba era um atentado a para o Dr. Savimbi.

Em conclusão, Valentim (2011) diz que os acontecimentos do “Setembro Vermelho” são eventos caracterizados pela tristeza e por memórias traumáticas. Infelizmente, para este autor durante a sua estada na UNITA de Jonas Savimbi reconhece que nunca existiu o respeito pelas opiniões contrárias, sendo construído uma falsa democracia.

### **1.5. A Sexta-Feira Sangrenta**

Depois dos conflitos registados em 1993, devido a Guerra Civil em Angola, que teve como principal causa a rejeição das primeiras eleições de 29 a 30 de Setembro de 1992 por parte da UNITA e outros partidos na oposição, mas consideradas livres e justas pela comunidade internacional, criou-se um ambiente de instabilidade política e militar. O conflito entre a UNITA e MPLA se instalou e como corolário muitas mortes foram registadas (António, 2015).

As mortes que se registaram no decorrer da Guerra Civil em Angola, trouxeram vários constrangimentos para uma organização sólida da sociedade angolana. O ambiente das escaramuças fomentou acertos de contas no seio da sociedade angolana, até mesmo contra cidadãos inocentes e sem qualquer vínculo político-partidário.

Neste momento começa a se desenhar um ódio propósito contra membros do grupo étnico Bakongo cujo passado ou durante o inicio da guerra civil foram anelados a FNLA várias vezes com a propaganda do MPLA que os acusava de implantar partes

de cadáveres retirados de uma casa mortuária em Luanda, nas instalações do partido FNLA com objectivo de manchar o nome desta organização, e consequentemente ter utilizado a imprensa oficial, numa emboscada premeditada, perante a opinião nacional e internacional, acusando os seus integrantes de canibalismo, surgindo assim a frase: “Zairenses comem pessoa”<sup>17</sup>. Segundo Neves (2013), entre as fronteiras do sul do Zaire e a norte de Angola, tinha-se fixado um grupo de membros étnico Bakongo, que com o clima de instabilidade que estava sendo vivido, que começava a ser mal tratados, até aquele momento a forma de fala era uma forma de discriminação, por exemplo os Ovibundo, eram tido como pessoa que estavam apoiar a UNITA, não importava se é de que lado é que estava, era como um traidor dentro de um bairro, havia lista por partes de alguns fanáticos partidários, que quando se efectuava a busca, faziam atendendo a essas características, e para os Bakongo, a regra era a mesma, a forma de fala e de vestir era uma das características principais.

Foi neste clima tão tenso que no amanhecer do dia 23 de Janeiro de 1993, os bairros da Petrangol, Mabor e Palanca e outros habitados maioritariamente por Bakongo, foram agredidos por milícias. O Governo de Angola teria reconhecido oficialmente 57 mortos, mas as organizações civis Bakongo apontaram mais de mil vítimas e acusaram jornalistas angolanos de serem responsáveis pela chacina<sup>18</sup>. A Sexta-Feira Sangrenta, devidas as mortes registadas, passou a simbolizar o massacre contra cidadãos angolanos do grupo etnolinguístico Bakongo.

Várias vozes se levantaram como é o caso dos padres para denunciar e criticar este acto macabro, mas infelizmente, foram considerados como “boca de aluguer” da UNITA. Deste modo, segundo Neves (2013), este comportamento não contribuiu tanto para uma reconciliação nacional que se pretendia, cada vez mais ódio ultrapassava a mente de irmandade, com pretexto de defender os interesses do povo, mas no fundo, apenas os desejos pessoais, depois desta vaga registada e a forma de rejeitar os resultados eleitorais por parte da UNITA. Ficava claro que todo elemento da UNITA era alvo a abater e assim como também para o lado da UNITA, todo elemento do MPLA era um elemento a ser eliminado, mesmo que ele seja um

---

<sup>17</sup> <http://drowski3.blogspot.com/2015/01/sexta-feira-sangrenta-efemeride.html>, consultado dia 20 de janeiro de 2022, pelas 9 horas e 20 minutos.

<sup>18</sup> <https://jornalvisaopress.com/reconciliacao-verdadeira-e-necessaria-massacre-dos-bakongos-foi-esquecido-pelo-joao-lourenco/>, consultado dia 20 de Janeiro de 2022, pelas 9 horas e 43 minutos.

membro da sociedade civil, desde que defendia a posição contrária a que eles levavam a cabo, era considerado um elemento a ser eliminado.

O ano de 1993 foi o das grandes batalhas no Huambo e no Cuíto. O planalto central a ferro e fogo, a Conferência Episcopal publicou uma mensagem, a 11 de Fevereiro, onde começa por denunciar o massacre dos Bakongo originário do Norte de Angola, em Luanda, na chamada «Sexta-Feira Sangrenta» (Neves, 2013, p.120).

Para o Neves, podemos entender que é neste quadro onde vai renascer vários assassinatos, assaltos, violências e é desta forma que vai nascer o ódio pelos Bakongo que viviam em Luanda, com outra ajuda levada pela comunicação social.

Vai começar a atitude de xenofobia contra este povo, que vai sofrer muitas perseguições em Luanda devido o seu sotaque, que naquele tempo eram considerados de Lingala ou elementos ligados as forças da UNITA, zaireense, proveniente do Zaire do Mobutu, elementos que deviam ser eliminados devido o tribalismo que se vivia em Luanda e a sua intervenção numa guerra que não era sua, assim consideravam os que estavam a praticar estes assassinatos<sup>19</sup>.

Não se podia compreender na altura como e por que razão a língua Lingala, de povos oriundo da Zaire estava a suplantar-se em detrimento da língua Kikongo o que se pretendia na verdade era eliminá-los a todo custo, daí ter-se instalado xenofobismo. Várias conferências de imprensas foram promovidas pela comunicação social pertencente ao governo, produzindo supostas provas que não eram verdadeira, tudo para criar o ódio contra este povo, até apresentava-se alguns membros ligados a este grupo étnico, muitos eram manipulados e eram obrigados que pertenciam a UNITA. Este comportamento, era considerado como propício para instalar o ódio exagerado para este grupo, que vai sofrer um ataque de vários povos de Luanda<sup>20</sup>.

Que se pare com os massacres, que se eduque a população no sentido da unidade nacional, substituir os editoriais fofoqueiros, notas de abertura zongolas para cimentar a unidade de tribos angolanas através da imprensa que falsifica os factos imponentes, confundindo factos sociais com posicionamento político, jornalistas

---

<sup>19</sup> <http://muanadamba.over-blog.com/article-sexta-feira-sangrenta-20-anos-passados-114551565.html>, consultado dia 20 de Janeiro de 2020, pelas 9 horas e 35 minutos.

<sup>20</sup> <http://muanadamba.over-blog.com/article-exorta-o-sobre-a-seta-feira-sangrenta-ii-110748658.html>, consultado dia 20 de Janeiro de 2022 pelas 10 horas e 10 minutos.

medrosos e mentirosos, inimigos da verdade, aldrabões do nosso povo<sup>21</sup>. A pouca prudência de vários jornalistas em falar sobre este assunto na altura, traria a promoção do ódio em relação a este povo, nada fizeram a não acusação sem ter provas.

Contudo, é no seguimento de vários comunicados que vai surgir em acusações, terminando no dia 22 de Janeiro de 1993, onde, povo pertencente a este grupo eram acusados pela imprensa nacional que grupo de etnia Bakongo queriam assassinar José Eduardo Dos Santos, esta notícia circulava em Luanda, que esquadrões de mortes vindo do Soyo e do Huambo estavam instalado em Luanda, para de uma forma efectuar um golpe, e ouvindo esta informação, a instabilidade era vista e grupo de pessoas que viviam nos bairros pertencente a este grupo étnico, sofreram assaltados, violências e assassinatos no olhar do governo e sem reagir a este facto triste. Este cenário foi também vivido pelos elementos do grupo étnico que estavam em Benguela, os rumores podem ser que foram mentiras mas os seus resultados foram catastróficos. Houve caricatura por parte de alguns jornalistas que eram mais extremistas, essa atitude de discriminar<sup>22</sup>. Em Janeiro de 1993, ocorreram assassinatos e outras violações de direitos humanos em Luanda e noutras áreas ocupadas pelos Bakongo, grupo étnico espalhado pelo norte de Angola e pelo sul do Zaire. Estas mortes seguiram-se a referências ao apoio de mercenários do Zaire à UNITA, no ataque ao Soyo, e à presença em Luanda de um comando Bakongo, cujo objectivo seria o de assassinar o Presidente José Eduardo dos Santos (Blanes, 2016).

Ainda assim, é aí onde vai nascer o espírito de Irmandade deste povo para organizar uma manifestação para demonstrar o seu descontentamento destes ataques que eles sofreriam e as forças governamentais reagiram com ataques acabano por matar muita gente, mesmo sem a voz naquele momento parte das instituições, criaram neles uma ideia que foi de elaborar um Manifesto que eles designaram de Sexta-Feira Sangrenta, este memorando foi dirigido ao Parlamento angolano e quem fez a interpretação foi o falecido deputado do partido PDP-ANA, Nfulumpinga Landu

---

<sup>21</sup> <http://muanadamba.over-blog.com/article-exorta-o-sobre-a-seta-feira-sangrenta-ii-110748658.html>, consultado dia 21 de Janeiro de 2022, pelas 10 horas e 11 minutos.

<sup>22</sup> <http://wizi-kongo.com/zombo/minhas-reflexao-sobre-a-sexta-feira-sangrenta/>, consultado dia 19 de Dezembro de 2021, pelas 13 horas e 10 minutos.

Víctor, que toma conta e interpela a Assembleia para condenar os massacres e encaminhar as barras do tribunal para um julgamento exemplar aos autores<sup>23</sup>.

Depois desta barbaridade que ceifou vidas humanas de forma desmedida, o povo Bakongo mobilizou-se e organizou um manifesto, denominado Sexta-Feira Sangrenta para contestar o ataque do qual foi alvo, cujo manifesto foi enviado a Assembleia Nacional com o intuito de esta condenar este ataque e concomitantemente responsabilizar criminalmente os autores deste massacre. As forças de seguranças governamentais reagir com matanças exageradas com o objectivo de aniquilar este grupo rebelde que como consideravam, talvez foi por causa destes que depois de um tempo, foram soltos, não se podia julgar uns e os principais autores estavam de lado. Por tentativa ou por desconfiança de pessoas, forma assassinadas varias pessoas reias. Não houve julgamento como vimos, estes elementos que assassinaram e os supostos que eram apanhados circulavam na normalidade, uma responsabilidade exemplar é que se pretendia mais nada até hoje, a comunicação social teve uma participação exagerada neste cenário, bastava ser apresentado como um que falava lingala, era suficiente<sup>24</sup>.

Portanto, nesta visão, este acto que teve como o pano do fundo as questões políticas, acabava de ser uma cena tão triste na história angolana, pessoas morreram por falar uma língua com a ajuda de forças policias, este cenário, que até hoje merece muita atenção, os culpados nunca foram julgados. A comunicação social que influenciou de uma forma tão negativa, acabava de cometer um dos mais erros neste desastre. As Nações Unidas, são acusados de estar a ver aquilo que se passou em Luanda se fazer nada, e, o governo formou um grupo de milicianos com o objectivo de criar medo no povo Bacongo, as mortes foram tão exagerada e na vista da população.

### **1.6. As origens dos confrontos de 1992**

Os momentos que se viveram antes das eleições de 1992, criaram ambiente de desconfiança entre àqueles que deviam participar das primeiras eleições eleitorais em Angola, depois de vários anos de Guerra Civil angolana, onde o MPLA esteve

---

<sup>23</sup> <http://wizi-kongo.com/luta-de-libertacao-de-angola/exortacao-sobre-sexta-feira-sangrenta/>, consultado dia 21 de janeiro de 2022, pelas 13 horas e 20 minutos.

<sup>24</sup> <http://muanadamba.over-blog.com/article-exorta-o-sobre-a-seta-feira-sangrenta-ii-110748658.html>, consultado dia 20 de Janeiro de 2022, pelas 12 horas e 2 minutos.

como o representante legítimo do povo angolano mesmo depois da violação dos acordos de Alvor de 15 de Janeiro de 1975 (Stead & Rorison, 2011,p.7). Deste modo, a primeira fase da Guerra Civil em Angola, teve a sua origem na falha das eleições que deviam ser realizadas em Outubro de 1975, tal como previa os acordos de Alvor. Os movimentos de libertação nacional estando envolvidos na Guerra-fria, influenciaram ideologicamente o desenrolar dos acontecimentos no território angolano. Vários acordos foram negociados com o objectivo de promover a paz. No dizer de Muekalia (2011) a partir de 1989 com os acordos de Gbadolite e mais tarde Jim Baker, secretário de Estado americano, iria encontrar-se com o seu homólogo soviético, Eduard Shevarnadze e mais tarde com o José Eduardo dos Santos para fazer conversações cujo escopo era a criação de acordos que visavam efectivar a paz em Angola. Valentim reitera na mesma linha que (2011), existiu várias rondas de negociações para se chegar num determinado acordo, princípios estes poderiam orientar o funcionamento e implementação de uma paz duradoura.

Segundo Muekalia (2011), foi desta forma que quando mais se exigia da UNITA, o MPLA apresentava uma resistência em pontos relacionados a implementação do multipartidarismo tendo em atenção os seus interesses. Os acordos ficavam emperrados devido a visão dos dois grupos beligerantes. Foi neste sentido que se consultava as grandes potências que estavam ligadas na guerra, para se posicionar em relação as propostas de negociações.

Desta forma, de vários contactos realizados entre as partes, teve início o primeiro encontro direto e exploratório em Évora, Portugal, no dia 24 de Abril de 1990. Neste encontro, a representatividade estava da seguinte forma: do lado do Governo, era composta por Pitra Neto Cirilo de Sá enquanto ao lado da UNITA, esteve representado Alicerce Mango e Lukamba Paulo Gato. Para este autor, existiu princípios que foram discutidos neste encontro, onde cada um apresentava a sua proposta com o objectivo de se ter uma ideia mais consensual. Mas as diferenças entre eles, fizeram com que se alastrasse cada vez mais as negociações.

Estas negociações, segundo Valentim (2011, p.141), se alastravam cada vez mais, causando as sete rondas sucessivas, a primeira foi em Évora, isto é, nos dias 24 e 25 de Abril de 1990; a segunda, teve lugar no Forte de S. Julião da Barra (Oeira) de 16 a 18 de Junho de 1990; a terceira de 27 a 30 de Agosto de 1990, no Instituto de

Altos Estudos Militares; a quarta, teve lugar em Sintra de 24 a 25 de Setembro de 1990; a quinta, foi realizada próximo de Bicesse, isto é, no Estoril, de 16 a 20 de Novembro de 1990; a sexta, seria em Bicesse, no Estoril, a 4 de Abril de 1991 e a sétima, foi realizado em Bicesse no Estoril, a 1 de Maio de 1991. Desta forma, pode-se perceber que cada vez mais as partes não chegavam em consenso, as potências mundiais que intervinham neste apoio de negociações, condicionava o bom progresso das partes e se prologava cada vez mais as datas.

No dizer de Muekalia (2011), durante este curso de negociações, a UNITA defendia os cinco princípios que eram: primeiro, o reconhecimento mútuo e explícito das partes; segundo, um compromisso firme com a democracia multipartidária e eleições justas e livres; terceiro, um cessar-fogo global verificado por corpo internacional independente e neste caso, seria a ONU; o quarto, a formação de um exército nacional, cujas modalidades deveriam ser discutidas pelas partes; e o quinto, respeito pelos direitos Humanos, garantias das liberdades fundamentais, incluindo as liberdades de expressão, de religião, de imprensa e de associação.

Deste pensamento, o Valentim (2011), apresenta as duas versões, uma por parte governo e outra por parte do governo. Para se chegar há um acordo, de paz de Bicesse, as duas partes, o governo da RPA e a UNITA, tiveram de fazer concessões recíprocas.

O governo exigia da UNITA o seguinte: Reconhecimento, pela UNITA, do estado angolano; Reconhecimento, pela UINTA, do presidente José Eduardo dos Santos; Reconhecimento, pela UNITA, do Governo angolano até às eleições. A UNITA exigia o seguinte: Reconhecimento, pelo Governo, da UNITA como partido da oposição com direitos para levar a cabo actividades políticas em todo território; Cedência à UNITA, pelo Governo angolano, de escritórios em todas as províncias do País; Estatuto e segurança ao líder da UNITA; Pagamento, pelo Governo, de todas as despesas dos dirigentes da UNITA em hotéis onde eles residam provisoriamente (Valentim, 2011, p. 142).

Nesta visão a UNITA, negou a proposta que era vista como grande vantagem, que seria a integração de um Governo de Unidade Nacional. Para a UNITA, concordar com a proposta de integração significava cair nos mesmos erros que o MPLA estava levar. Essa narrativa corrobora no mesmo pensamento de Muekalia (2011), quando

afirma que o MPLA nunca esteve tanto ansioso em realizar as eleições multipartidária, principalmente quando essas pudessem ser na característica do modelo que a UNITA pretendia. Sobre o ponto que era mais complexo para o MPLA, que era do multipartidarismo, como afirma Muekalia (2011), o representante do MPLA, quando da proposta do ponto de eleições no sistema multipartidário, parecia mais a propaganda política que resolução de problema central, a questão que era levantado na Carta de Pacavira, como representante do governo, era apenas de apresentar vantagens próprias. Essas contradições tiveram que se chegar a um determinado fim. Até a terceira ronda, o reconhecimento da UNITA como um partido da oposição estava ser bem encarrado, mas o sistema multipartidarismo estava distante de ser uma garantia definitiva e nem saía na voz do general que representava o governo. Podemos entender que o multipartidarismo era o grande impasse para se chegar num acordo definitivo, as negociações, estavam sempre mais simples quanto relacionava-se em outros pontos, mas para este, o MPLA olhava como fora da questão.

No dizer de Valentim (2011), este ponto seria ultrapassado na quarta ronda de negociações, onde o debate seria mais aberto, onde os intervenientes era composta por: ao lado do governo, a comissão política foi dirigida por Pitra Neto e Militar por Fernando da Piedade Dias dos Santos. Para o lado da UNITA, a comissão política foi dirigida por Jorge Alicerces Valentim e a comissão militar por General Adolosi Mango Alicerces. Duração Barroso, secretário de estado Português dos negócios estrangeiros, e cooperação, dirigia a comissão de mediação e esta a dirigir a comissão política que esteve dividida em Militar e política. O António Monteiro, era quem dirigia a comissão militar por parte da mediação. Estados unidos por Roberto Perito, que era director do gabinete dos assuntos da África Austral do departamento do Estado e do lado do lado da Soviética, Vladmir Kazimirou, que era Chefe da Direcção Africana do Ministério Soviético.

Neste sentido, o autor leva a ideia que o problema que era mais relevante e que nunca encontrava pontos comuns, chegaria de ser aceites, e para este ponto que era de muito de esperar, o Dr. Savimbi, mostrava-se ainda mais confiante nas suas armas e pouco mostrava com interesse com essa posição do governo. Entende-se que a influência interna e externa, teve maior impacto para pressionar a UNITA a aceitar um determinado acordo.

Ainda assim, no dizer do Muekalia (2011), o documento do Washington que é de 13 de Dezembro de 1990, Documento de Washington como era assim chamado, para o MPLA, não tinha tanta saída de não cumprir, o seu reconhecimento marcava o grande passo para o caminho de negociações duradoura. Esse documento, reconhecia os princípios que eram sempre levantados pela UNITA. O Presidente José Eduardo dos Santos, na abertura do III Congresso de Dezembro de 1990, admitiu que era imperativo cumprir algumas orientações internacionais para um se ter paz em Angola, que não tivessem outras saídas a não seguir as orientações. Os princípios como afirma, já eram debatidas nas rondas anteriores.

O Documento de Washington vinha, finalmente, consagrar as ideias fundamentais pelas quais a UNITA se batera nas rondas anteriores, a saber:

O seu reconhecimento como organização política com direito à participação na vida pública do país; O compromisso do MPLA com reformas tendentes à instituição de um sistema político plural e multipartidário; A aceitação do princípio de realização de eleições; A necessidade de observação internacional de cessar-fogo; A formação de um exército nacional em pé de igualdade.

Neste sentido, percebe-se que os acordos estavam sempre a ser discutidos em bases destes princípios, que mais tarde seriam aceites, mesmo com várias resistências entre as partes, os princípios, seriam a bússola orientadora para um projecto que devia terminar no documento mais completo.

Mesmo assim, para Muekalia (2011), a 11 de Fevereiro de 1991, em Portugal tinha lugar a primeira reunião de negociações com a participação da Troika, isto é, Portugal, Rússia e EUA, que durante a qual apresentava as partes angolanas um pacote que continha três pontos essenciais que eram: O Documento de Washington; Princípios fundamentais para o Estabelecimento da Paz em Angola; Acordo de Cessar-Fogo, que era concebido na base de discussões que foram tendo lugar nas rondas de negociações anteriores. Contudo, os primeiros documentos seriam assinados nos dias seguintes, do dia 6 e 7 de Fevereiro de 1991 e os outros, seriam rubricados nos dias seguintes.

Para Valentim (2011), além destes documentos, existiu um outro documento que era o protocolo de Estoril.

O protocolo do Estoril continha:

## Eleições

Estruturação da CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar).

Suas competências e atribuições:

- ✓ Caberá o controlo político global do cessar-fogo;
- ✓ Questão relativa ao desarmamento e localização das forças dos exércitos FAPLA e FALA;
- ✓ Contribuição das futuras forças armadas angolanas;
- ✓ Segurança interna e fiscalização da polícia durante o período de transição;
- ✓ Direito da UNITA após o cessar o fogo;
- ✓ Estruturas administrativas do País durante a transição (Valentim, 2011, pp:160-161).

Neste caso, podemos concordar que estas obrigações eram acordadas pelas partes, seriam de cumprimento definitivo, qualquer tentativa de não cumprir, seria uma violação que devia ser repudiado, porque constituía uma ameaça a paz que se pretendia. Outro porém, percebemos que, as datas a seguir de 11 de Fevereiro de 1990, foram dias de grandes debates para se assinar outros documentos e a comunidade internacional, pressionava no cumprimento das datas de uma forma a ter a garantia do líder da UNITA e do governo para se ultrapassar os impasses. Foi desta forma, que no dizer de Valentim (2011), o Dr. Savimbi afirmava na sua tese que, “só agora estavam as condições militares necessárias para assinatura dos documentos de Bicesse em posição de força” (Valentim, 2011, p. 160). As condições estavam todas criadas na visão do Dr. Savimbi, porque os princípios que ele sempre defendeu nas negociações, estavam no caminho de ser assinados.

Como afirma Valentim (2011), a pressão que se dava sempre ao Dr. Savimbi, na pessoa de Herman Cohen, fez com ele encontrasse a solução política e para isso, mandava chamar em Londres o Jeremias Chitunda e outros negociadores para ter o poder de assinar os documentos em 30 de Abril de 1991. Esses documentos, seriam assinados na presença dos seguintes elementos: do lado da UNITA, por Jeremias Chitunda e por lado do Governo, por Lopo de Nascimento, chefe de delegação. 15 de Maio de 1991, o Governo e a UNITA informavam ao governo de Cavaco Silva da Aceitação de formal dos Acordos assinados em Estoril e da suspensão urgente das inimizades e assim, abria-se o novo paradigma da história de Angola. A pressão que

se fazia ao lado do Governo e da UNITA, por potências mundiais envolvidas levaram as duas partes a chegar num Acordo que trazia um rumo diferente depois da guerra civil que se verificava durante 16 anos.

No dizer de Muekalia (2011), no dia 31 de Maio de 1991, O Presidente da República Popular de Angola, Eng.º José Eduardo do Santos, e o líder da UNITA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi, assinaram em Portugal os acordos de Paz para Angola. Nesta altura, as tropas Sul-africanas, acabavam de abandonar Angola a mais de dois anos e tropas cubanos, de retirarem os seus últimos efectivos.

Para Gomes (2009), houve vários apoios e negociações para que se chegasse a vários acordos entre estes o acordo de Bicesse, que se realizou em 31 de Maio de 1991, com a presença de Angola, Portugal e URSS, acordo este que determinava vários pontos de consenso e de divergências, mas era obrigatório o MPLA deixar o socialismo, cessar o fogo e formar um Governo de transição para assim se caminhar nas eleições Multipartidárias, nova constituição era necessária era urgente, juntar as forças armadas das duas partes, elaboração de calendário de eleições, o reconhecimento por parte da UNITA do Estado angolano e do presidente José Eduardo do Santos e permitir a UNITA efectuar as suas actividades partidárias.

Por conseguinte, podemos notar que, tanto a UNITA como o MPLA, os argumentos apresentados, é que o Governo e o Presidente da República Popular de Angola, estavam prontos para o cumprimento da realização das eleições e com esta cláusula de «triplo zero», este fim de ajuda dos E.U.A que se considerava ilegal internacionalmente, garantia um processo de paz quase caminhado.

Entretanto, os princípios de acordo de Bicesse foram:

- Reconhecimento pela UNITA do estado angolano, do Presidente José Eduardo dos Santos e do Governo angolano até as eleições gerais.
- No momento da entrada em vigor do cessar-fogo, a UNITA adquirirá o direito de realizar e participar livremente em actividades políticas de acordos com a Constituição revista e as leis relevantes para a criação de uma democracia multipartidária.
- O Governo angolano conduzirá discussões com todas as forças políticas- afim de auscultar as suas opiniões acerca da alteração propostas à Constituição. O Governo

angolano trabalhará então com todos os partidos para elaborar as leis que regularão o processo eleitoral.

- Eleições livres e justas para um novo governo terão lugar após o registo eleitoral, sob a fiscalização de observadores internacionais de eleições que permanecerão em Angola até ao momento em que se certificarem de que as eleições foram livres e justas e que os resultados foram oficialmente proclamados.
- Respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo o direito de livre associação.
- O processo e a criação de um exército nacional iniciar-se-á com a entrada em vigor do cessar-fogo e estará concluído na data das eleições nos termos a acordar entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA. A neutralidade do exército nacional no processo eleitoral será da garantida pelas partes angolanas, actuando no âmbito da CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar) com o apoio do grupo de fiscalização internacional.
- Declaração e entrada em vigor do cessar-fogo em todo território nacional, em conformidade com o acordo a concluir sobre a matéria entre o governo da República Popular de Angola e a UNITA (Valentim, 2011, p.162).

Os acordos ratificavam um cessar-fogo e apelavam às forças da UNITA e do governo, para que integrassem as suas forças nas Forças Armadas Angolanas (FAA), uma força militar de 50 mil elementos. Os acordos continham uma cláusula a que se chamou 'Triplo Zero', a qual proibia ambos os lados de adquirirem novos abastecimentos de armas. Segundo os acordos, o MPLA continuava o governo legítimo e internacionalmente reconhecido, ficando responsável pela função do estado durante o período interino, e por marcar a data das eleições. Uma equipe da Missão de Verificação da ONU em Angola (a UNAVEM), de 576 indivíduos, ficou responsável pela monitorização durante este período interino<sup>25</sup>.

Os princípios que estavam contidos no acordo, pode-se perceber que se exigia mais responsabilidades pelas partes que estiveram envolvidas. Os normativos que constam no mesmo, a sua aplicação, deveria ser de cumprimento obrigatório, mas, só se existissem o número de elementos de fiscalizadores consideráveis.

---

<sup>25</sup> <https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/angopor/entirebook-04.htm>, consultado dia 22 de Janeiro de 2022, pelas 14 horas e 50 minutos.

Segundo Gomes (2009), vários normativos foram aprovados sob este acordo, podemos destacar a constituição que previa o multipartidarismo, livre associação, direito a greve. O MPLA aprovava um documento jurídico legislativo que, sob a forma de instauração de um país do Estado de direito democrático, seria possibilitada, principalmente com a revisão constitucional (Lei n.º 12/91), inauguraria a liberalização política. Desta forma, foi plasmado o direito à greve, foi reconhecida a liberdade de imprensa e a livre associação, foi decretada a lei de Amnistia e procedeu-se à legalização de partidos políticos e entre outros que caracterizam a democracia<sup>26</sup>.

Para Valentim (2011), tanto a UNITA como os Estados Unidos da América, via neste acordo como uma forma de alcançar o poder, assim como o MPLA. Esta forma, vai deixar o Dr. Savimbi a prepara-se de uma forma folgada, pensou-se que o Governo não poderia conseguir se preparar para este acto, muita alegria que se notava na UNITA como se o processo de alcançar o poder já conseguido de uma forma plena. As eleições foram marcadas sem datas, mas o processo estava em curso. As eleições foram concordadas em ser realizadas de uma forma junta, isto é, as legislativas e a presidenciais e os observadores internacionais do processo de Paz em Angola, EUA, União Soviética e Portugal, tiveram parecer favorável quando das audiências que foram realizadas no dia 13 de Novembro de 1991. A rapidez de mesmo processo, era mais salutar para se evitar retornos nas negociações.

Podemos perceber que os observadores internacionais, tinha receios, eles tinham ideias que quando mais se alastrassem este processo, mais se tornaria difíceis ou recuos. Nota-se que as datas estavam todas tomadas, mas a preparação psicológica não estava trabalhada.

Para Gomes (2009), o MPLA e a UNITA, não conseguiram se desfazer das suas pretensões dos seus aliados. Tinha-se apenas as ideias de reconciliação, compromisso e democratização no papel. Podemos notar que os próprios acordos que não tinham a característica de partilhar o poder e notava-se que quem ganhasse poderia ter tudo, e essa maneira de pensar, levou cada uma das partes fazer um

---

<sup>26</sup> Lei constitucional da República de Angola, Lei n.º 23/92, de 16 de Setembro, consagra a liberdade de expressão, no seu artigo n.º 32, onde previa a garantia da liberdade de expressão, de reunião, de manifestação, da associação, e de todas as formas de expressão. Artigo n.º 34- os trabalhadores têm o direito à greve no seu ponto número 1.

esforço de alcançar o poder pela força. Notava-se que a visão militar estava patente para se ter um poder absoluto.

Para este autor, essa maneira, levou de forma clara que cada um desconfia-se do processo em curso, e isso cada vez mais começava a contradizer a expectativa que se tinha do acordo de Bicesse. Via-se que o poder só seria possível com a força se não for possível de uma forma justa.

No dizer de Valentim (2011), as duas forças começaram a ter reservas militares que estavam em prontidão de começar a guerra caso o Acordo não fosse cumprindo, por outra, dentro das próprias FAA, a separação dos generais era notável, cada um tinha a sua obediência as ordens das suas ideologias partidárias e isso cada vez agudizava a situação da credibilidade deste Acordo. Mesmo assim, a UNITA, tinham uma confiança total que o poder seria alcançado por duas formas: pela via eleitoral, ou pela força militar. Mas, mesmo assim, a UNITA acreditava que o povo estava todo a seu favor. Algumas bases da UNITA, não foram desarmadas na sua totalidade. O MPLA, por sua vez, criou os Anti-Motim, órgão que era criado fora dos Acordos de Bicesse, este contingente policial causava mal-entendido entre as duas partes. O MPLA desconfiava que a UNITA, não estava apostado na formação no único exército militar porque, altos generais como é o caso do Ben Bem que esteve fora da formação das FAA, aquele que era tão respeitado na Altura. Havia fontes do Governo que as confirmavam que as FALA, estavam aguardando algumas forças nos aquartelamentos secretos e nos comités pilotos. E a UNITA, denunciava a nível internacional que os anti- motim, eram as FAPLA em novos moldes.

Estes factores, somados aos enormes esforços (financeiros e de meios) do 'partido no poder', congregaram apoios para o MPLA que não possuía na altura de Bicesse. Nestas circunstâncias, teria sido desejável um adiamento das eleições (como a ONU faria mais tarde em Moçambique), já que não se tinham conseguido as condições políticas e militares mínimas para a sua realização e subsequente aceitação. Contudo, optou-se pelo inverso. Independentemente do facto do exército da UNITA não ter sido dissolvido e do governo ter criado uma nova força policial especial, a data inicialmente acordada para a votação foi considerada inalterável. Assim, a ONU declarou solenemente a dissolução dos dois exércitos e a sua substituição por um

único, e empenhou-se a fundo na aceleração do processo de recenseamento eleitoral (Messiant, 2004, p.19)

No dizer de Muekalia (2011), quando se refere aos ingredientes de tempestade, faz a narrativa que, a falta de capacidade de fiscalização minava sempre a confiança, o MPLA criaria uma polícia Anti-Motim, que foi formada a margem dos acordos de Bicesse com ajuda da Espanha, as denúncias que vinham de Puma e Tony Fernandes, em Fevereiro de 1992, dissidentes da UNITA, afirmando que se tinha outras forças militares em outros algures, no Moxico, de um suposto exercito secreto, para além daqueles que se tinha desmobilizado, comprovava a tese que era levantada pelo MPLA, e isso, fez criar ao MPLA tamanha resistência acerca de Anti-Motim para ser fiscalizado como a UNITA desejava. Mas UNAVEM II e as forças da ONU, fizeram um trabalho e que depois achavam inconclusiva as própria forças ditas. Por outra, durante o processo de registo eleitoral a ONU, denunciava o impedimento das Brigadas ter acesso a certas áreas que eram do controlo da UNITA, a justificativa de que existia milhares de eleitores por registar, também seria associado como uma outra violação do acordo.

Na visão de Muekalia, Messiant e Valentim percebemos que os seus pontos de vistas, convergem quando ao processo, os vícios que estavam a ser levados por duas partes, mereciam mais sentar para melhor se reflectir daquilo que se falava e ser ultrapassado, mas não, cada um foi ignorando e isso condicionava cada vez mais o processo de paz que estava em curso.

Todavia, os pronunciamentos que eram denunciados pela Rádio Nacional, o mais velho Mendes de Carvalho, quando ele afirmava que não viam a possibilidade do MPLA perder as eleições, justificando que se tinha controlo da Administração, da banca e dos meios de comunicação social, continuava mais ainda a desconfiança pela parte da UNITA, no dizer do Muekalia, justificava-se que se tinha uma prévia fraude.

Portanto, como afirma Muekalia (2011), mesmo assim se caminhava para o dia especial, as eleições seriam de facto uma realidade, sem ultrapassar estes pendentos, que foram prologando até que chegaram até dia 29 e 30 de Setembro, datas marcadas para a realização do acto eleitoral.

Segundo Stead e Rorison (2011), as primeiras eleições em Angola, foram realizadas de 29 a 30 de Setembro de 1992 e foram consideradas como justas e livres pela ONU, onde o candidato do MPLA, obteve 49,6% e o da UNITA, 40%, isto é nas presidenciais, o MPLA foi vencedor das eleições legislativas com 129 dos 220 assentos que se previa e a UNITA, com 70 deputados e outros partidos minoritários, se repartiram os 21 assentos.

Podemos entender que, mesmo com as falhas verificadas no decorrer do processo, as eleições foram realizadas num ambiente de civismo, e os resultados favoreciam ao MPLA e a UNITA, ficou derrotado das eleições que se realizava no dia 29 e 30 de Setembro de 1992. Assim, como se percebe, “O povo deu uma prova de civismo, de disciplina e maturidade. Com afluência massiva às urnas, manifestou o seu desejo de participar e influenciar o destino do país” (Muekalia, 2011,p.280). Entretanto, neste pensamento, notamos que o objectivo era ter uma paz definitiva.

Para Valentim (2011), os resultados, seriam contestados pelas irregularidades que foram detectados, onde se acusava mesmo que houve uma grande fraude, e o que levava mais o descontentamento, é que a CNE, não conseguiu apresentar os resultados que a tempo, os dados, começaram a ser publicados na Rádio Nacional, na televisão estatal, sem antes a CNE oficializar. Neste caso, percebia-se que os resultados eram manipulados, chegando mesmo a ponto do Dr. Savimbi orientar uma forma de parar com esta forma.

Depois deste descontentamento que se verificou no seio do partido UNITA, existiu vários contactos, entres com ONU, que insistiu no entender da UNITA, que se endereçasse uma carta de aceitação destas eleições que mais tarde, a ONU, pode publicar que elas foram livres, justas e transparentes na resolução nº 793 de 30 de Novembro de 1992, informação que contrariava a UNITA, que considerava de ser fraudulentas. (Gomes, 2009).

Nesta caso, pode-se perceber que as eleições não foram conforme o tão esperado, por um lado a UNITA, contestava e não só, os outros partidos também e o MPLA, ganhava a legitimidade de comemorar a vitória e a nível internacional, ganhava a confiança de realizar umas eleições justas e livres. A UNITA como afirma Valentim “ Caiu na Armadilha”, este era aquele dia que a população devia mostrar o seu respeito pela UNITA e era apresentada na competição eleitoral. Por outro lado, os

observadores, diziam que a UNITA, tinha medo das eleições multipartidárias e não podia aceitar a vida pacífica. Por outro lado, notou-se que a desmobilização colectiva, para a formação das FAA, era um fiasco, tanto a sua concepção como a sua aplicação. O erro foi colectivo, tanto para os observadores assim como as partes signatárias.

Tendo em conta a concentração dos quadros, da Direção política da UNITA em Luanda e seus principais quadros militares nas outras cidades, a política da UNITA tinha de ser acompanhada de uma postura pacífica e não apoiada na guerra, ainda que se defendesse a paz. O diálogo quebrou-se e arma AK47 tornou-se no instrumento mais procurado para a defesa dos familiares, casas, da liberdade e da segurança individual dos angolanos (Valentim, 2011, p.284).

Na visão deste autor, o pouco interesse que se tinha por parte da comunidade internacional, em relação aos Acordos de Bicesse, onde os EUA e Rússia, estavam mais interessados na satisfação das suas necessidades estratégicas, influenciaram negativamente no processo de Paz que estava sendo levado em Angola. O MPLA, utilizava a seu favor os bens públicos que deviam ser utilizados por todos. Essa desvantagem psicológica, levou cada vez mais a UNITA, contestar cada vez mais o processo que estava sendo levado, e mostrava as suas forças militares como forma de resposta.

E ainda na visão de Messiant (2004), não restava outra coisa a não ser negar os resultados por parte da UNITA, porque ele via neste Acordo como uma forma de ter o poder alcançado na sua totalidade. O MPLA, na voz dos seus militantes, proclamava o reconhecimento dos resultados das eleições e o Governo denunciava a tomada pela força do poder ou em forma de golpe por causa das armas que se tinha de uma forma considerável pela UNITA e assim recomeçava uma outra guerra.

E nessa altura já a comunidade internacional não se achava em condições de impedir que estes confrontos descambassem num recomeço da guerra. Por um lado, decidiu confirmar as suas acções anteriores, como as eleições e o seu resultado, e assim considerar a UNITA responsável pela guerra. Por outro lado, tentou, em vão, apresentar aos dois partidos propostas para o prosseguimento das negociações (Messiant, 2004, p.20)

Na visão da Messiant, podemos perceber que a guerra começava e a comunidade internacional, não tinha força suficiente para parar esta acção. A ONU, não tinha outra saída a não reconhecer as condições das eleições com o objectivo de fazer a UNITA recuar da sua acção.

Portanto, depois deste clima, ainda o General Ndalú, se deslocou para o Huambo em forma de conversa com Jonas Savimbi, a fim de chegar a um ponto de consenso, foi neste sentido que a UNITA, enviaria em Outubro, membros da UNITA para negociações para Luanda, que seria dia 23 de outubro de 1992, e notava-se que era apenas acusações e mais nada para se chagar o culpado em vez de se negociar conforme seria a reunião, dias seguir, foram de muitas mortes por aqueles que estavam em Luanda em participar da reunião de negociações, substituições foram feitas pelos membros a negociar dentro do MPLA, onde o primeiro era o General Ndalú, mais tarde ficou para Nandó (Muekalia, 2011, p.279).

Mesmo assim, este cenário, que se viveu, muitas forças da sociedade civil que estavam fora das negociações ou dos acordos antecedentes, como é a questão da igreja, vieram apelar a ordem, para se chegar numa paz, recuar a esta atitude de guerra, era imperioso, porque a vida da população é que estava a ser perdida. Muitos civis tinham armamento, mas a igreja apelava cada vez mais o desarmamento, as mortes eram tão exageradas que a vida não parecia ter sentido, muitos críticos da própria igreja eram perseguidos com tentativa de aniquilá-los (Neves, 2013,p.117). Podemos perceber que, na visão do Neves, a falta de integração da sociedade civil no Acordo de Bicesse, condicionava totalmente a processo de paz de uma forma duradoura. O acordo, via apenas as duas partes armadas como se fossem os únicos interessados no fim dos conflitos.

### **1.7. Matala: Contexto histórico-geográfico**

Do ponto de vista geográfico, o município Matala possui uma extensão territorial de 9.070 km<sup>2</sup> e é compreendido pelas seguintes coordenadas geográficas: Latitude Sul - 14° 27' 26" e 16° 03' 00S"; Longitude Oeste - 14° 44' 20" e 15° 34' 08" (Hequer, 2011, p.20).

Quanto à situação geográfica, o Município da Matala, fica situado na Província da Huíla. A Matala é o município fica situado a leste da província da Huíla, com uma distância de 172km, este município esta liga da Capital\_ Lubango através da estrada Nacional de 280 e a linha férrea dos Caminhos-de- Ferro de Moçâmedes (C.F.M). O território do Município da Matala tem 222.880 habitantes e uma densidade populacional de 25 habitante por Km<sup>2</sup>. Possui quatro comunas: Matala, Capelongo, Micosse e Mulondo. É limitado a Norte pelo município de Chicomba, a Sul pelos municípios dos Gambos e Quibanja (Província do Cunene), a Oeste pelos municípios de Quipungo e dos Gambos, a Leste pelos municípios da Jamba Mineira, Chipindo, e Cuvelai (Manuel, 2014, p.52).

A expansão colonial permitiu a divisão das sociedades tradicionais de Angola de uma forma geral. As fronteiras que existem actualmente, são frutos desta divisão. Duas opiniões que defendem este argumento: o primeiro, é que essas sociedades, tiveram a sua origem de uma forma voluntária, isto é, as invenções que foram surgindo, as condições de sobrevivência é que permitiram este processo; o segundo é aquele que defende que a administração que foi levado pelo Europeus depois da Conferência de Berlim em 1884 e 1885, uma grande influência (Henriques, 1997, p 32).

Desta forma, o Município da Matala, não foi excepção. Segundo Manuel (2014), o município da Matala, a maior parte da sua população actual é resultado da mistura de vários povos que tiveram a sua origem do sul e do sudoeste do território de Angola, que fugindo da permutação negreiro, de trabalhos forçados realizados pelos europeus, e, também, do conflito armado da Guerra Civil em Angola depois da independência, chegaram e se fixaram na região.

O termo Matala, tem a sua origem com o corruptela “OMATALA” da língua Humbi que veio a ser traduzido para o português como LAGOAS, segundo o Centro para o Desenvolvimento e Parcerias de Angola (CDPA) do Município da Matala (Manuel,2014, p.52). O grupo que predomina a região é o Nhaneca-Humbi.

A primeira presença administrativa na região deu-se na localidade de Capelongo, a 20 KM a sul da Sede Municipal da Matala, que até então era chamada Vila Folgares. O argumento que é levantado é que, na altura Conselho de Capelongo, embora

muito pequeno, era o mais populoso neste determinado espaço territorial (Hequer, 2011, p. 22).

Este mesmo argumento é partilhado por Manuel (2014) quando nos faz perceber que para controlar os investimentos e a respectiva população, quer europeia quer dos “indígenas”, o governo instalou o primeiro Posto Administrativo da região na localidade de Capelongo, a 28 de Outubro de 1959, pela portaria nº 14123. E assim, a Sede do Concelho de Capelongo seria transferida de Vila Folgares para a Matala.

O Decreto Presidencial nº.202/19 de 25 de Junho, estabelece as atribuições, competências e regime jurídico de organizações e funcionamento dos Governos Provinciais, das Administrações Municipais e Comunais. O Município da Matala é desde 2008 um dos 68 Municípios que se tornaram em unidades orçamentares, tendo sido enquadrado no grupo do tipo B<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> O Decreto Presidencial nº. 202/19, de 25 de Junho, caracteriza a tipologia de estruturação dos municípios A, B, C, de acordo com o grau de desenvolvimento de cada Município, económico, social, a evolução da população, a realidade orgânica funcional e potencialidade de recursos.

**2. CAPÍTULO II - A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO DA GUERRA CIVIL  
ANGOLANA (1975-1993): UM OLHAR SOBRE O MUNICÍPIO DA MATALA**

O nosso texto neste capítulo, irá procurar fazer perceber como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas no âmbito da dimensão da Memória e do Esquecimento. As memórias dos indivíduos são portadoras da representação geral e real da sociedade, e as que apresentaremos neste capítulo, têm uma visão social, necessidades e valores colectivos. Tal como diz Halbwachs, isso significa que «só podemos lembrar quando é possível recuperar a posição de eventos passados nos ditames da memória coletiva e o esquecimento se explica pelo desaparecimento desses quadros sociais da memória» '(Halbwachs, 1990, p.172).

## **2- Memória e o Esquecimento do 27 de Maio de 1977 em Angola**

A discussão sobre a Memória e o Esquecimento começa com o 27 de Maio de 1977 em Angola. Em primeiro lugar devemos entender que o 27 de Maio de 1977 em Angola, tornou-se um assunto que ao ser tratado exige alguma cautela, pelo facto de ser um assunto problemático e sensível quer seja por parte das vítimas, bem como os órgãos do estado. Isto pressupõe algum cuidado na selecção de informações afim de salvaguardar as sensibilidades ou entidades<sup>28</sup>. Isto pode necessariamente impor um certo silenciamento com a tendência de produção de esquecimento. Para Le Goff (1990), a memória coletiva foi colocada em jogo de forma a abordar os assuntos seleccionados para que se consideram importante na luta das forças sociais pelo poder. O que faz eles tornarem-se senhores da memória verdadeira e do esquecimento e de facto, isso constitui sempre uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades históricas (Le Goff, 1990).

Halbwachs (1925), na sua obra *Quadros sociais da Memória* quando fala sobre a reconstrução do passado afirma que é possível reconstruir o passado, a nossa memória tem a capacidade de recuperação dos factos que vivenciamos no passado, até pode ser não da mesma forma, mas sempre existe um lado que deve ser semelhante.

Este argumento é levantado pelo Presidente da República no seu discurso sobre o “7 de Maio de 1977, proferido no dia 26 de Maio de 2021, quando este dizia que “este pedido público de desculpas e de perdão não se resume a simples palavras,

---

<sup>28</sup> Quando estamos a falar de entidades políticas, devemos entender que se trata das personagens que participaram e por outra vítimas que tentam silenciar está informação no presente.

ele reflecte o nosso sincero arrependimento e vontade de pôr fim à angustia que ao longo destes anos as famílias carregam consigo por falta de informação sobre destino dado aos seus ente-queridos<sup>29</sup>. Uma veterana militante do MPLA seguindo o diapasão do discurso do presidente da república comenta o seguinte:

Mesmo agora temos graças á sua excelência que ainda o Presidente abriu o livro do 27 de Maio, que as pessoas pereceram e que morreram, aqueles que perderam os seus entrequeridos, podem se manifestarem, podem ser gratificados, com as ossadas para fazer os funerais com digno, mas que, memória assim vivas não tenho, porque não vivi na província de Luanda, mas sim aqui nos nossos matos, neste município. Nesta altura, eu também era muito jovem quando se deu mesmo o 27 de Maio de 1977, eu era muito jovem também. Para dizer a verdade, nunca ouvi, mesmo nas nossas actividades do partido. Para dizer a verdade nunca ouvi, mesmo nas nossas actividades do partido. Ouvir de que há fraccionismo dentro do Partido ou porque aquilo, era uma coisa muito restrita entre algumas pessoas. Aquilo quando surgiu, podemos comparar com o termo terrorismo na era, onde estávamos com o regime colonial e você só ouvia uma palavra assim “terrorismo”, mas ninguém te explicava o que é terrorismo, então com o 27 de Maio aconteceu a mesma coisa, são coisas que eram dentro do próprio partido, dentro do próprio aparelho governamental, mas nós aqui em baixo, muito em baixo, principalmente neste nosso município aqui, quase nada ouvimos, depois do 27 de Maio ser praticado, é que agente ouvimos que aqui em Luanda, ove isso, ove aquilo, ali em adiante, mas ouvi qui o partido esteve dividido, para mi foi novidade depois de 27 acontecer. Mas isso tudo fiquei a saber através do meu esposo na altura quando era militar<sup>30</sup>.

Portanto, este momento retirou do esquecimento um acontecimento que tinha sido reprimido ao longo de muitos anos. Ricoeur reafirma que “o esquecimento tem igualmente um pólo activo ligado ao processo de rememoração, essa busca para reencontrar as memórias perdidas que embora tornadas indisponíveis não estão realmente desaparecidas” (Ricoeur, 2003, p.6).

Na entrevista com a Senhora Francisca Nondjamba, podemos verificar que ela tem memória sobre o 27 de Maio de 1977 quando diz que “para dizer a verdade nunca ouvi, mesmo nas nossas actividades do partido. Ouvir de que há fraccionismo dentro do Partido ou porque aquilo, era uma coisa muito restrita entre algumas pessoas”. Notamos que o partido que ela se refere, tentou de qualquer forma silenciar a

---

<sup>29</sup> <https://www.dw.com/pt-002/jo%C3%A3o-louren%C3%A7o-pede-desculpas-pelo-27-de-maio-em-nome-do-estado-angolano/a-57676681>, consultado dia 29 de Março de 2022, pelas 18 horas e 15 minutos.

<sup>30</sup> Entrevista com a senhora anciã Francisca Nondjamba Neto de 64 anos aos 26.11.2021, pelas 16 horas e 10 minutos. Desmobilizada da FAPLA.

informação sobre o 27 de maio de 1977 e mesmo assim, a nossa entrevistada tenta de qualquer forma silenciar a informação, mesmo tendo lembrança.

O ancião Humberto, desmobilizado das FAPLA, de 64 anos de idade, sobre este evento narra os seguintes momentos:

Quando surgiu o 27 de Maio de 1977, aí morreu mais jovens que adultos, porque aí lembro que entrou mais elementos da JMPLA, isto é, na altura e o Nito Alves e José Van Dunem, queriam derrubar o Agostinho Neto e o resultado é o golpe que eles fizeram, foi o golpe que fizeram, não pegou, resultou na morte de muita gente, que agora o nosso governo, o nosso presidente reconheceu isso, está meter as coisas nos seus devidos lugares. Quando ao 27 de Maio, devemos lembrar que, ele teve abrangência as quatro principais províncias do país, que são: Luanda, Benguela, Huambo e Lubango, naquela altura, Nito Alves e José Van-Dunem, escreveram muita gente, estes elementos tanto eram conhecidos como elementos contra revolucionários. Como as coisas não deram certos, saíram pelo gatilho, epá, muitos morreram e como a guerra é mesmo para morrer gente, onde há confusão é mesmo para morrer gente<sup>31</sup>.

O ancião nos remete a perspectiva das narrativas oficiais se tivermos em conta a perspectiva de Le Goff (1990) ao dizer que a memória sofre a influência das classes dominantes que variadas vezes faz recurso as médias para distribuir propagandas. Na mesma esteira Norrie MacQueen (1998) sobre o 27 de Maio fala em um falhado Golpe.

A inclusão da testemunha neste caso exige algum cuidado e atenção diante da sua narração. De acordo com o Primo Levi (2004), as testemunhas ao serem selecionadas deve se ter em atenção o seu envolvimento no caso, o lado a que pertenciam (opressor ou vítima), tudo com intuito de evitar a ocultação de informações. A construção de uma memória oficial por si só revela a presença deste esquecimento. E no lado das vítimas, ao se exprimir deste determinado assunto podem, acabarem por reviver as mágoas e isso pode ofuscar a informação caindo neste caso no esquecimento aquilo poderia constituir a memória.

Muitos que morreram não estavam ao fraccionismo, e isso é como tal esse acontecimento de guerra civil em Angola, muitos morreram mas não estavam na guerra, aquilo é uma coisa que vem e vos acontece e vos apanham como aqui mesmo na rua, bom devemos entender que, muitos morreram, não estavam ligados a esta acção. Os protagonistas foram o Nito Alves, José Van-Dunem, esses é que

---

<sup>31</sup>Entrevista com o ancião Humberto Alves Lopes de 64 anos aos 26.11.2016, pelas 14 horas e 03 minutos. Desmobilizado do SINSE.

foram mesmo os protagonistas do talu dito, não sei o que eles queriam, é o Nito Alves e José Van-Dunem, depois eles foram apanhados<sup>32</sup>

Na narrativa do Francisco, podemos constatar que se trata de uma testemunha envolvida no caso, e logo notamos que, a nossa testemunha, está fazer uma selectividade da informação, quando ela afirma “esses é que foram mesmo os protagonista do tal dito, não sei o que eles queriam”, podemos perceber que a testemunha quando se refere as personagens que estiveram, tenta mergulhar no esquecimento, faz perceber que pode existir uma tendência de denúncia das personagens, contudo, tenta ocultar o nome do acontecimento daquele dia, porque pode fazer lembrar nele a tristeza vivida. Os agentes não identificados chegaram à casa de madrugada, levaram-me para as instalações da polícia política DISA, eu mais um grupo de dez ou onze pessoas. Depois fomos encaminhados para a antiga cadeia da PIDE, a cadeia de São Paulo, onde estive vários meses até ser transferido para um campo chamado 'de recuperação' onde estive outros tantos meses. Ao fim de quase três anos fui posto em liberdade sem culpa formada, sem nada<sup>33</sup>.

Podemos notar neste discurso do José Reis, que a testemunha ou sobrevivente, está tentar a reviver o 27 de Maio com o espirito de revolta, o que pode influenciar negativamente ou positivamente para frisar acerca da informação que pode constituir a memória. Mas devemos realçar que todos eles podem contribuir para a construção de uma memória colectiva. As suas informações, podem ajudar a construir a verdadeira memória a partir destes.

Ainda assim, no discurso do presidente, podemos ver que é possível reconstruir o passado usando as testemunhas e ultrapassar está posição do José Reis. Para o presidente, existe sim necessidade de homenagear as vítimas de uma forma que eles não vivam com tristeza ao longo tempo, para o Presidente João Lourenço, cada um deve se sentir integrado na reconstrução da memória colectiva que pretende para cada se ter uma entidade e esse argumento é realçado por Halbwachs quando ele afirma: “De cada período das nossas vidas, guardamos algumas memórias,

---

<sup>32</sup> Entrevista com o Senhor Francisco Ndala de 60 anos aos 13 de Dezembro de 2021, pelas 11 horas e 40 minutos.

<sup>33</sup> <https://www.dw.com/pt-002/s%C3%B3-pode-haver-reconcilia%C3%A7%C3%A3o-se-os-que-participaram-nos-massacres-s%C3%A3o-responsabilizados-defende-v%C3%ADtima-do-27-de-maio-de-angola/a-15936641>, consultado dia 29 de Março de 2022, pelas 23 horas e 4 minutos.

constantemente reproduzidas, e através das quais o sentimento da nossa identidade é perpetuado, como se por efeito de uma filiação contínua”( Halbwachs, 1925,p.154)

## 2.1 A Memória e o Esquecimentos do “Setembro Vermelho” na Jamba

Na Jamba, nem tudo foi um mar de Rosa. Os acontecimentos horripilantes ocorridos com o “Setembro Vermelho” quando rememorados podem provocar o reaparecimento de traumas e comoção. Como vimos anteriormente, existiu queimadas de bruxas e esse acontecimento histórico actualmente parece causar um mal-estar na UNITA, pois, as suas lideranças tentam silenciar-lo de qualquer forma para salvar a integridade do Partido. Alias, só Entre os dias 4 e 8 de Abril de 2001 na 16ª conferência partidária e naquilo que ficou conhecido como o último discurso de Jonas Malheiro Savimbi é que ele exortava o seguinte “Comportemo-nos com o nosso Passivo e reconciliemo-nos com ele”<sup>34</sup>. Distante desta realidade, o presidente Isaias Ngola Samakuva, passado 19 anos após a morte do líder fundador, voltou a reiterar a narrativa alegando que“(…) O nosso presidente fundador considerou essas situações todas como fazendo parte de um passivo com que precisamos de nos reconciliar”<sup>35</sup>.

De acordo com o que nos faz saber o Primo Levi (1988) na sua obra «*É isto o Homem?*» quando se refere os Submersos e os Salvos, o autor faz uma análise acerca dos líderes que tomam decisões arbitrárias sem respeito pelos direitos humanos, trazendo para si um poder totalitário. Destarte, Hannah Arendt (1999) quando olha para o cenário do genocídio dos Judeus ocasionado por Adolfo Hitler durante a Segunda Guerra Mundial e diante do julgamento de Eichmann em Jerusalém afirma que o mundo estava diante da “banalização do mal” ou seja, aonde não era possível cumprir-se com a lei, não havia política e consequentemente emergia um estado totalitário.

---

<sup>34</sup>Último discurso em vida de Jonas Savimbi In: [https://www.club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=39446:ultimo-discurso-em-vida-de-jonas-savimbi&catid=23&lang=pt&Itemid=641](https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=39446:ultimo-discurso-em-vida-de-jonas-savimbi&catid=23&lang=pt&Itemid=641)

<sup>35</sup>Samakuva considera congresso "momento para a reconciliação" <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/samakuva-considera-congresso-momento-para-a-reconciliacao>.

Para o Levi, o homem sempre pode aparecer bom, mas, quando se trata das necessidades, ele sempre tenta justificar o seu erro como algo bom a todo custo e, entretanto, o autor reitera:

Não acreditamos na dedução mais óbvia e fácil: de que o homem é essencialmente brutal, egoísta e estulto, como pareceria demonstrar o seu comportamento ao ruir toda a estrutura social, e que, portanto, é somente o Homem sem inibições. Preferimos pensar que, quanto a isso, pode-se chegar apenas a uma conclusão: frente à pressão da necessidade e do sofrimento físico, muitos hábitos, muitos instintos sociais são reduzidos ao silêncio (Levi, 1988, p.88).

Esta visão memorialista pode ser enquadrada naquilo que se viveu na Jamba, aonde uma das testemunhas justifica a queimada de bruxas como um acto que visava prevenir as baixas que se verificavam em várias frentes de combate durante a guerra civil em Angola por parte da UNITA<sup>36</sup>. Porém, para o Primo Levi (1988), o silêncio em relação a este evento é construído e fomentado para preservar o nome da organização e seus dirigentes. Ainda sobre as queimadas das “bruxas” na Jamba o ancião Chimuanga narra o seguinte:

Na Jamba, muito sinceramente, foi um trabalho relevante, em que se até hoje estamos conviver e viver com essa história. Queria só falar, que eu fui testemunha ocular daquelas bruxas, aqueles que apareceram e começaram a se gabar que deviam fazer algo tradicionalmente para nós perder na guerra, eles próprios, essas bruxas, daquilo que falavam, é aquilo que acontecia, e algumas delas foram mesmo apanhados, essa foi a razão de queimar elas. Mesmo assim, eu fui testemunha ocular de controlo das áreas<sup>37</sup>

A participação directa do entrevistado durante o cenário das queimadas das “bruxas” na Jamba é visível, todavia, há a presença de uma memória enquadrada às ideias do partido que o leva a revelar aquilo que os contextos dos interesses do partido revelam. Para o Primo Levi (1988), na altura dos eventos traumáticos muitas destas pessoas ocupavam cargos ou qualquer actividade especial e agiam diante das execuções com o aval da organização e com “fidelidade canina”:

Contudo, apenas os médicos, os alfaiates, os sapateiros, os músicos, os cozinheiros, os homossexuais jovens e atraentes, os amigos ou conterrâneos de alguma pessoa influente do Campo; e, além deles, alguns indivíduos especialmente cruéis, fortes e desumanos, que alcançaram cargo de Kapo, de Chefe de Bloco ou

---

<sup>36</sup> Entrevista com o senhor Pastor Chimuanga de 58 anos, aos 23 de Outubro de 2021 pelas 13 horas e 40 minutos, desmobilizado das FALAS e actualmente membro do comité Municipal na Matala no Partido UNITA.

<sup>37</sup> Entrevista com o senhor Pastor Chimuanga de 58 anos, aos 23 de Outubro de 2021 pelas 13 horas e 40 minutos, desmobilizado das FALAS e actualmente membro do comité Municipal na Matala no Partido UNITA.

outro, por designação dos SS que, nessa escolha, demonstravam possuir um conhecimento satânico dos homens. Sobravam ainda aqueles que, embora sem exercer funções especiais, com a sua astúcia e energia conseguiam sempre "ajeitar as coisas", merecem: do não apenas as vantagens materiais e a reputação, mas também a tolerância e consideração dos poderosos do Campo (Levi, 1988, p.90).

Valentim Chissaluquila, antigo coronel das FALA de 66 anos de idade e actual Secretário Geral da UNITA no Município da Matala faz a seguinte descrição sobre este evento:

O Setembro Vermelho na Jamba, eu não queria, eu não queria ir muito para lá, porque eu não tinha responsabilidade que eu tenho agora na UNITA. Na UNITA havia amadores, uma disciplina vertical, alias aqueles que não conheceram melhor a UNITA conheçam mesmo, durante a guerra de resistência, o militar e o político andavam juntos, o que faltava é só acrescentar um pastor, porque o ambiente era completamente militar, numa localidade se o inimigo vos surpreende, o espirito de defesa era colectivo e quem tem arma, estava em condições de disparar, não importava o seu enquadramento. Então, nessa verticalidade a coisas que passaram mesmo no top, nós em baixo, não houve explicações muito completas, por isso, não avanço mais acerca deste assunto. O há coisas que eu sei só depois de ganhar a maturidade política, naquela altura eu não tinha maturidade política que tenho hoje, era ainda considerado miúdo em política, por isso, não arriscávamos e por isso já não arisco agora<sup>38</sup>.

Narrar sobre a memória e o esquecimento do "Setembro Vermelho" na Jamba, é uma necessidade que se pretende para a construção de uma memória mais inclusiva. Porém, somos obrigados a procurar no espaço e no tempo definido as memórias individuais dos acontecimentos como constructo da memória colectiva. Porém, " a nossa memória, sem dúvida, recupera, à medida que avançamos, muito do que parecia ter passado, mas de uma nova forma. Tudo acontece como quando um objecto é visto de um ângulo diferente, ou quando é iluminado de outra forma: a nova distribuição de luz e sombra muda os valores das peças de tal forma que, embora as reconheçamos, não podemos dizer que elas permaneceram o que eram. (Halbwechs,1925, p.135). O esquecimento para Michel Pollak (1989), pode estar ligado ao "artifício de esquecimento", que tem como objectivo subentender um determinado assunto, fazer diminuir a memória de certos grupos através destas

---

<sup>38</sup> Entrevista com o senhor Valentim Chissaluquila de 66 anos, aos 22 de Dezembro de 2021, pelas 13horas e 30 minutos, desmobilizado das FALAS e actualmente Secretário Municipal da UNITA na Matala.

estratégias ou mesmo apagar elas, como é o caso de memórias de época de ditaduras ou de forte repressão política.

O testemunho pode ser vivido, transmitido ou herdado e tudo depende do grupo que os produz. Repare que o entrevistado José Calenga explicita o seguinte:

Por aquilo que me contaram na Jamba, falo que vinha uma ofensiva, eles queriam recuperar a jamba, mais depois voltaram. Eu não participei desta acção mais por aquilo que me contaram noutra área que eu estava, isso aconteceu sim lá na guerra da resistência, quem me deu esta História, foi o Brigadeiro Andelo Chandigua , afirmava ele que, o Dr. Savimbi, aniquilou as bruxas. O processo foi o seguinte: ele estava de lado e quem sai é pistola e segundo a mesma história, primeiro aniquilou a senhora dela e depois da senhora, quem sai aí é um tiro, quem sai é um tiro e isso já é apenas a História<sup>39</sup>.

Tornar oficial uma memória, mesmo diante da opressão pode futuramente fazer emergir memórias subterrâneas como afirma Pollak (1989). E isto, nós podemos notar na entrevista do senhor Chissaluquila, quando ele diverge com a informação mais detalhada do senhor Calenga, onde a informação parece mais fluir sem receio concordando com o pensamento de Halbwachs (1925).

Assim, existe sempre acontecimentos internos, aqueles que vêm para a frente da nossa memória, e permanecem aos nossos olhos os sinais brilhantes ou obscuros que marcam as linhas divisórias essenciais e os pontos de viragem decisivos da nossa existência. Neste sentido, haveria tantos conjuntos de marcos de referência como existem indivíduos, pelo menos se considerarmos aqueles que são capazes de pensar e sentir por si próprios (Halbwachs, 1925, p.144).

Porém, podemos perceber que as entrevistas possibilitam sempre encontrar determinados pontos comuns e divergentes, apesar de tudo.

## **2.2. A Memória e o Esquecimento da Sexta- feira Sangrenta de 1993**

Sobre a sexta-feira Sangrenta, podemos constatar que este é um dos assuntos menos falados, seja pela comunicação social ou nos debates académicos, mas devemos saber que, a memória sobre este assunto circula de uma forma não oficial e é para este lado que nós vamos analisar o nosso debate e isso é que dá o maior valor das memórias dos excluídos como diz Pollak (1989), quando ele afirma que,

---

<sup>39</sup> Entrevista com o senhor José Calenga de 52 anos aos 2 de Novembro de 2021, pelas 10horas e 10 minutos, desmobilizado das FALA, antigo instrutor na Jamba.

“ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional” (Pollak,1989,p.2). E para “Sexta Feira Sangrenta” acreditamos que existe memórias subterrâneas, que de qualquer forma, se contradizem com a oficial. Para Pollak (1989), existe memória para qualquer grupo, e não se pode apenas pegar na vertente de grupos majoritários para a construção de uma memória nacional, os grupos de minoritários, também têm as suas memórias que podem ser preservadas. E este pensamento enquadra-se na narrativa do manifesto dos Bakongo sobre a Sexta feira Sangrenta quando se afirma na parte introdutória do Manifesto o seguinte:

Você é um N'kongo, filho desta terra legada pelos nossos antepassados. Se podemos considerar esta Angola um país de Cabinda a Cunene, é porque nele estão inseridas todas as etnias do país incluindo os akongo sejam eles de Cabinda, do Soyo, do Uíge, M'banza Kongo e outros, mas se essa realidade deixar de ser considerada, Angola deixa de ser aquilo que é<sup>40</sup>.

Na seguinte narrativa que foi extraída do manifesto dos Bakongo, no dia da sua manifestação, podemos constatar a maneira como reivindicavam a sua originalidade no território angolano, exigindo que o seu grupo deveria merecer o respeito como qualquer angolano e esta reclamação da Sexta-feira Sangrenta de 1993, continua até hoje. As palavras do senhor Simão, natural do Uíge, são deste ponto reveladores:

O país tem de se reconciliar de verdade, este tipo de reconciliação tímida o povo não vai aceitar este é uma pura e dura mentira do sistema comunista de Luanda. José Eduardo dos Santos, foi o grande assassino contra a etnia mais inteligente deste país. Os bakongo são na verdade os homens da caneta forte em matemática, nas línguas estrangeiras são docentes em quase todas universidades deste país que se chama Angola<sup>41</sup>.

Para este assunto, Pollak (1989, p.3) denomina de disputa de memórias afirmando que os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e

---

<sup>40</sup> <http://wizi-kongo.com/zombo/minhas-reflexao-sobre-a-sexta-feira-sangrenta/>, consultado dia 19 de Dezembro de 2021, pelas 13 horas e 10 minutos.

<sup>41</sup> <https://jornalvisaopress.com/reconciliacao-verdadeira-e-necessaria-massacre-dos-bakongos-foi-esquecido-pelo-joao-lourenco/>, consultado, dia 18, pelas 23 20 minutos.

competição entre memórias concorrentes. E para este assunto, o senhor Chissaluquila afirma:

Eu assisti uma senhora nesta Sexta-feira Sangrenta a dizer, “vou morrer mesmo só porque eu falo umbundu<sup>42</sup>” e morreu sem pena sem dor. Aquilo era coisa triste, ela não fez mesmo nada e neste dia, não morreu só os Bacongos, embora eles morram mais em massa. Os sulanos, o nome é sulano: Kuanza Sul, Bié, Benguela, Cuando Cubango, Namibe e Cunene, bastava dizer que só proveniente destas províncias apanhava logo. Eu saí de lá em Luanda naquela confusão de perseguições. É mesmo matanças, grupos armados, organizados pelo MPLA, que foram, saquearam contra as populações Bacongo, não foi um exército, na altura o exército, havia já homens intelectos e integrados alguns da UNITA, era um sem exército organizado. Imagine se alguém toca apito a juventude da Matala e distribuir armas dizendo que vão matar? Eu vi, aquilo houve mesmo matanças, houve mesmo disparos, queimar, pneus, queimar pessoas e distribuir os seus haveres, e os Bacongos como estavam e em comunidades, é natural, mesmo em Luanda as pessoas é em viver em afinidade e até essas comunidades Bacongos foram muito arrasadas e morreu muita gente. A sexta-feira Sangrenta foi arrepiante, deviam ter pessoas que escrevem, mesmo se for livros onde tratam este assunto, registar mesmo, como quem que já morreu, ir mesmo procurar familiar, porque a gente que ficou órfão, a gente que ficou viúva porque o seu parente morreu por causa de ser Bakongo, uns fugiram houve fuga, e em Luanda fugir é fácil, a fuga em Luanda é mentira é mais fácil fugir em Luanda, bastava dar uma curva, pegar uma namorada, e a namorada te põe em casa, você esta salvo, houve gente que escapou, pela simpatia da população, a população protegeu muito e é melhor sublinhar também, não sei se vais publicar ou não, a igreja católica, protegeu, e é por isso a igreja católica do ponto de vista de defesa do direitos humanos, eu não sou católico mas eu, eles quando viram que aquilo era de mais, seguraram nas batinas colocavam e retiravam as pessoas em perigos, colocaram nos seus carros, com os terços<sup>43</sup>.

Na narrativa do senhor Chissaluquila, podemos notar memórias, esquecimento ou tentativa de silenciar determinadas informações ligados a memória da Sexta-feira Sangrenta de 22 a 23 Fevereiro de 1993. Chissaluquila, reforça que é imperioso preservar a memória para que se torne oficial, quando ele diz “A sexta-feira Sangrenta foi arrepiante, deviam ter pessoas que escrevem, mesmo se for livros onde tratam este assunto, registar mesmo, como quem que já morreu, ir mesmo

---

<sup>42</sup> Segundo o entrevistado, essa língua caracterizava aquele era da UNITA, bastava falar umbundu, língua que é mais caracterizada como do sul, era suficiente para ser baleado. Todos aqueles que falavam esta língua, segundo o entrevistado, era estranho e ,membro da UNITA.

<sup>43</sup> Entrevista com o senhor Valentim Chissaluquila de 66 anos, aos 22 de Dezembro de 2021, pelas 13horas e 30 minutos, desmobilizado das FALA e actualmente Secretário Municipal da UNITA na Matala.

procurar familiar, porque a gente que ficou órfão, a gente que ficou viúva porque o seu parente morreu por causa de ser Bakongo”<sup>44</sup>

Neste acontecimento, a presença do esquecimento é visível a partir do momento em que o entrevistado se torna cauteloso ou com medo de ver os dados divulgados. Repare que o senhor Chissaluquila recorrentemente dizia o seguinte “não sei se vais publicar ou não”. Havia a tendência clara da parte do entrevistado em ocultar a informação. O senhor Paulo declara-nos a seguinte memória:

Eu vi na Sexta-feira Sangrenta, até neste dia eu estava a vender, aquele dia foi muito marcante para o grupo Bacongo, porque foram assassinados vários filhos Bacongo enquanto procuravam os Zairenses, os zairenses não foram mortos, mas sim, foram mortos filhos angolanos. Então este dia marcou muito a tribo Bacongo. Este Massacre surgiu porque em Angola entraram vários zairenses que estavam ligados com os partidos políticos e as contradições entre partidos políticos, estes estavam mais a aderir ao partido UNITA e é que motivou esse massacre que aconteceu dia 22 de Fevereiro de 1993, que é a Sexta-feira sangrenta<sup>45</sup>.

Nesta entrevista, o senhor Paulo, nos leva a enquadrar a sua narrativa na memória, a partir da sua abordagem “aquele dia foi muito marcante para o grupo Bacongo, porque foram assassinados vários filhos Bacongo” notamos ao tentar reconstruir o passado a partir de acontecimentos tristes que ele viveu, provocamos tristeza que de certa maneira, lhe permitiu apegar-se da realidade que ele viveu. E segundo o Norra, “isto é possível do momento que queremos localizar as memórias no determinado lugar, porque as memórias nascem e vivem do sentimento” (Norra,1993)

### **2.3. A Memória e o Esquecimento dos confrontos pós-eleitorais de 1992**

A guerra civil angolana conforme temos vindo a ressaltar reservou memórias para todo aquele que nela participou directa ou indirectamente. As circunstâncias fomentam a emergência de certas lembranças, apesar de ter carácter selectivo. A lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado aprendido, o vivido e o transmitido (Pollak, 1989). É a partir deste pensamento que nós iremos analisar as

---

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Entrevista com o ancião Paulo de 62 anos, aos 20 de Janeiro de 2022, pelas 14 horas e 17 minutos, desmobilizado das FAPLA e actualmente professor reformado no Município da Matala.

entrevistas que se debruçaram sobre memórias e o esquecimento dos confrontos pós-eleitorais de 1992.

O pastor Chimuanga ao relatar estes confrontos, codifica a linguagem e não explicita o que terá ocorrido de concreto com a guerra que se seguiu depois. Repare o que foi capaz de frisar:

Aquilo, eu também fui testemunha ocular e trabalhei, sabes o que mais nos ofendeu e foi realmente o trabalho antes de acabar, o que eles diziam é porque o trabalho já era assim, mas por isso mesmo houve estes confrontos, somos nós mesmo, nós nos recrutamos e tínhamos que ir de uma forma gentílica de irmão. Houve falta de juízo, porque onde não há entendimento, o resultado é negativo<sup>46</sup>.

Quem abre a narrativa e procura fazer a descrição dos acontecimentos a partir do que tem sobre memórias é o senhor Valentim Chissaluquila, dirigente no partido UNITA na Matala:

A guerra depois das eleições de 92, o bom é que eles falam aquilo que acharam, mas eu falo aquilo que eu vi, porque eu voltei em Luanda e votei na, em Viana em 92. As eleições não foram boas, porque eu vi no Huambo, boletins de votos colocados de parte, selecionaram tudo que era a favor da UNITA, e introduziram outros, houve mesmo boletim, urnas somente da UNITA. Eu gostaria de dizer que, o Dr, Savimbi, não queria mesmo guerra, não guerra, ele sabia que, isso, poderia trazer grandes consequências e muito grave, e, é por isso, nos comícios das eleições ele dizia “ Façamos mesmo tudo para evitar a guerra, porque se houver mais guerra vocês das FAPLAS e vocês das FALAS, são vocês que vão sofrer mais”. Não se podia fazer mais nada, quem manda o vice-presidente e o vice-presidente foi morto não tem outra pessoa a mandar, só ficou, e agora o espírito é de auto defesa, mataram estes? Epá então vão se organizar: generais? Soldados? Até é melhor que fossem presos, para serem exigidos negocia, negociações, foram mesmo assassinados, os corpos são estes que estão a ser entregues. O Dr. Savimbi, um dos negociadores é o filho dele, é o filho da irmã, o Savimbi disse que “vai, não há mais aí as coisas vai”, o Salupeto Pena é filha da irmã mais velha foi e morreu; e depois? O que faria como qualquer ainda? A pergunta fica no ar, você manda negociadores para que não haja Guerra, os negociadores são mortos, cada um faria o quê? Se não é procurar as condições de se defender, esses morreram os próximos somos nós, então houve um movimento rápido de reestruturação, de reorganização das forças armadas, o objectivo era defender-se,<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> Entrevista com o senhor Pastor Chimuanga de 58 anos, aos 23 de Outubro de 2021 pelas 13 horas e 40 minutos, desmobilizado das FALA e actualmente membro do comité Municipal na Matala no Partido UNITA

<sup>47</sup> Entrevista com o senhor Valentim Chissaluquila de 66 anos, aos 22 de Dezembro de 2021, pelas 13 horas e 30 minutos, desmobilizado das FALA e actualmente Secretário Municipal da UNITA na Matala.

É interessante verificar que diferente do entrevistado acima, um o ex-oficial do SINSE procura de certa forma relatar os factos de acordo com os interesses do partido que suportava o poder, no caso o MPLA, tendo em atenção as suas próprias memórias:

Os confrontos pós-eleitorais foram feios, tanto nós vimos que depois da UNITA tento voltar pegar as armas, nós pegamos nas armas, por exemplo vou falar da Parte Huíla, foi a partir daí quando a UNITA ocupava os municípios, tanto a Este como a Norte da província da Huíla, a Este foi a Jamba e o Kuvango a Norte foi a Caconda, Quilengues, Caluquembe e até Cacula, tanto aí, muita gente ficou pelo caminho e foi feio aquilo, as pazes já estavam quase acordadas, e alguém não ficou satisfeita, teve que regressar as almas, na altura falamos do falecido Dr. Savimbi, que não gostou de perder as eleições, então teve que voltar as armas<sup>48</sup>.

Nesta senda um outro entrevistado assume o mesmo discurso:

Falando da memória dos confrontos pós-eleitorais, podemos dizer que, aquilo foi mesmo triste, porque houve guerra conforme estamos a falar, mas aquelas como chamadas carramuças<sup>49</sup>, quando se fala de “carramuças”, é uma luta, uma batalha, uma briga um combate, é mesmo a desordem total. Ali morreu muita gente, devido um resultado eleitoral reclamado, alegava-se que não foi justo, e depois acabou por provocar este acidente mortal e mortífero. O governo naquele tempo, não foi culpado, conforme eu dizia, foi uma reclamação, depois das eleições alguém reclama a fraude, mas as Nações Unidas, os Estados Unidos da América já tinham reconhecido, já reconheceram que as eleições eram justas, já haviam reconhecido, mas alguém reclama e nessa reclamação é que resultou essas discussões e desavenças para que depois houve-se assassinos, chamada carramuças<sup>50</sup>.

Para as narrativas das quatro testemunhas da guerra civil em Angola, podemos constatar que existe memórias, quando eles fazem lembranças da mesma, eles consideram como um facto muito triste, o que quer dizer que, a partir destes, podemos ter uma memória colectiva, aquela que pode ser considerada como única. Mas, constatamos também que o senhor Chimunga, tenta silenciar a informação quando se refere aos factos relacionados a causa do princípio da Guerra Civil depois das eleições de 1992 e desta senda Michel Pollak afirma que “O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua

---

<sup>48</sup> Entrevista com o ancião Humberto Alves Lopes de 64 anos aos 26.11.2016, pelas 14 horas e 03 minutos. Desmobilizado do SINSE.

<sup>49</sup> Para o entrevistado Calei, Carramuças, é o nome que se chamou a guerra, porque foi tão desorganizado.

<sup>50</sup> Entrevista com o senhor António Calei de 62 anos, aos 20 de Dezembro de 2021 pelas 11 horas e 35 minutos. Desmobilizado das FAPLAS e actualmente funcionário da Administração Municipal da Matala.

transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização" ( Pollak, 1989, p.9).

#### **2.4. A Memória e o Esquecimento da Guerra Civil (conclusões)**

Por conseguinte, podemos definir memória como lembrança de uma experiência anterior que se imbrica entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido, mesmo que absorva o esquecimento. Assim, retomamos o sentido de experiência de Jelin (2002, p.34) que diz "se refere as experiências diretas e imediatas, captadas subjetivamente da realidade"

Portanto, o esquecimento é definido como "eventos traumáticos que produzem alguma incapacidade narrativa ou buracos na memória. Neste nível, esquecer não é ausência ou vazio, é a presença dessa ausência" Jelin (2002, p. 29). E isto supõe que no pós-guerra, as testemunhas podem ser impulsionadas de não mais falar sobre os acontecimentos históricos por conta da situação traumática vivida, pelo terror ou por alguma mudança de *status quo* que a situação terá alcançado.

Destarte, podemos identificar os tipos de esquecimentos em cada narrativa de entrevistas da seguinte forma:

Esquecimento definitivo: podem ser produtos de uma vontade política que desenvolve estratégias para ocultar, destruir evidências e vestígios, evitando assim recuperações de memórias no futuro. Nesses casos, há um acto político voluntário de destruição de provas e impressões digitais, a fim de promover o esquecimento. Qualquer política de conservação de memória, ao selecionar pegadas para preservar, conservar ou comemorar, tem implicitamente uma vontade de esquecer (Jelin, 2002, p. 31). Neste caso, podemos incluir a narrativa da entrevista quando ele afirma:

Para dizer a verdade nunca ouvi, mesmo nas nossas actividades do partido. Ouvir de que há fraccionismo dentro do Partido ou porque aquilo, era uma coisa muito restrita entre algumas pessoas. Aquilo quando surgiu, podemos comparar com o termo terrorismo na era, onde estávamos com o regime colonial e você só ouvia uma palavra

assim “terrorismo”, mas ninguém te explicava o que é terrorismo, então com o 27 de Maio aconteceu a mesma coisa, são coisas que eram dentro do próprio partido, dentro do próprio aparelho governamental, mas nós aqui em baixo, muito em baixo, principalmente neste nosso município aqui, quase nada ouvimos, depois do 27 de Maio ser praticado, é que agente ouvimos que aqui em Luanda, ove isso, ove aquilo, ali em adiante, mas ouvi qui o partido esteve dividido, para mi foi novidade depois de 27 acontecer<sup>51</sup>.

Esquecimento evasivo: Reflete uma tentativa de não lembrar o que pode machucar. É especialmente dado em períodos históricos após grandes catástrofes sociais, massacres e genocídios, que geram entre aqueles que sofreram a vontade de não querer saber, de fugir de memórias para continuar a viver. O “Esquecimento Evasivo” no dizer de Ricoeur (2000) por ser um evento traumático e que podem trazer feridas passadas. É especialmente dado em períodos históricos após grandes catástrofes sociais, massacres e genocídios que geram entre aqueles que sofreram a vontade de não querer saber, de fugir de memórias para continuar vivendo. A isto se pode dar exemplos das vítimas do holocausto nazista, o genocídio dos Tutsis em África e a guerra civil em Angola. Para este tipo de esquecimento, podemos enquadrar a narrativa do senhor Chissaluquila quando refere-se de acontecimento que viveu em Luanda após as eleições de 1992

Eu vi mulheres abandonar sua casas, porque foram avisados que os movimentos para assassinar os simpatizantes estão a vir, vão operar neste bairro, você que fala umbundu, fala Kimbundu se não sair, vais morrer, eu vi senhoras a chorar, “nosso Deus porque me fez do sul, será que falar umbundu qui em Luanda aqui é crime? E vou morrer mesmo só porque eu falo umbundu” morreu, sem pena sem dor, aquilo era, não fez mesmo sem nada, é uma senhora, é um jovem, não fez mesmo nada, mas morreu, não só os Bacongos, os Bacongos morreram em massa, mas todos os sulano, bastava o nome ser de sulano como característica de: Cuanza Sul, Bié, Benguela, Cuando Cubango, Namibe, Cunene; você dizer era mesmo de lá, apanha logo<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> Entrevista com o Senhor Francisco Ndala de 60 anos aos 13 de Dezembro de 2021, pelas 11 horas e 40 minutos.

<sup>52</sup> Entrevista com o senhor Valentim Chissaluquila de 66 anos, aos 22 de Dezembro de 2021, pelas 13 horas e 30 minutos, desmobilizado das FALA e actualmente Secretário Municipal da UNITA na Matala.

E o outro afirma:

Os confrontos pós-eleitorais foram feios, tanto nós vimos que depois da UNITA tento voltar pegar as armas, nós pegamos nas armas, por exemplo vou falar da Parte Huíla, foi a partir daí quando a UNITA ocupava os municípios, tanto a Este como a Norte da província da Huíla, a Este foi a Jamba e o Kuvango a Norte foi a Caconda, Quilengues, Caluquembe e até Cacula, tanto aí, muita gente ficou pelo caminho e foi feio aquilo<sup>53</sup>.

Esquecimento libertador: aquele que liberta do fardo do passado para que possamos olhar para o futuro. Pode ocorrer que este tipo de esquecimento fomenta argumentos de união nacional, a legitimação do estado-nação tendo em conta a anulação do passado traumático. E neste tipo de esquecimento podemos emoldurar o discurso do Presidente da República e a narrativa da entrevista do senhor Chissaluquila quando afirmam:

Este pedido público de desculpas e de perdão não se resume a simples palavras, ele reflecte o nosso sincero arrependimento e vontade de pôr fim à angústia que ao longo destes anos as famílias carregam consigo por falta de informação sobre destino dado aos seus ente-queridos<sup>54</sup>.

Vejamos a narrativa do entrevistado Chissaluquila:

Houve irregularidade sim senhora, pesquise este capítulo ainda fica aberto, os futuros historiador ao poder defender, gostaria que pudesse ainda tirar esse ponto, procurar entender os factores de fundo que fizeram com que depois as eleições, houve-se guerra pois eleitorar, prontos, daria se aprofundar um bucadidinho, colocar mesmo os pontos deste lado e os outros pontos deste lado, só que entendo que os historiadores actuais, não querem arriscar porque esses pontos são sensíveis em relação quem está no poder, desvendar uma verdade que já passou, é um risco, mas meu companheiro, meu colega do ISCED, as eleições de 92, não foram boa<sup>55</sup>.

Portanto, o esquecimento e o silêncio para Pollak (1989) apesar das aproximações com Jelin (Jelin, 2002, p. 29) podem ser identificados da seguinte forma: Esquecimento por falta de escuta para poder relatar seus sofrimentos, sendo que uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta; Esquecimento por seleção de memória: quando a narrativa sobre o passado implica uma seleção;

---

<sup>53</sup>Entrevista com o ancião Humberto Alves Lopes de 64 anos aos 26.11.2016, pelas 14 horas e 03 minutos. Desmobilizado do SINSE.

<sup>54</sup> <https://www.dw.com/pt-002/jo%C3%A3o-louren%C3%A7o-pede-desculpas-pelo-27-de-maio-em-nome-do-estado-angolano/a-57676681>, consultado dia 29 de Março de 2022, pelas 18 horas e 15 minutos.

<sup>55</sup> Entrevista com o senhor Valentim Chissaluquila de 66 anos, aos 22 de Dezembro de 2021, pelas 13 horas e 30 minutos, desmobilizado das FALA e actualmente Secretário Municipal da UNITA na Matala.

Esquecimentos pelo facto dos pais evitarem que os filhos sejam contaminados pelas memórias do genocídio nazi, uma vez que podem gerar ódios, vinganças ou receios de novas perseguições (Esquecimento por instinto de sobrevivência); Esquecimento por haver medo de ser punido pelos sobreviventes, uma vez que a vítima em contexto de guerra tinha sido o carrasco e principal colaborador dos dominadores; Esquecimento cujo objectivo é evitar exposição a mal-entendidos.

## Conclusão

Portanto, deve-se ter em conta que quando se pretende narrar a memória, haverá sempre informações que irão escapar, isto porque o narrador ao reviver o acontecimento histórico terá liberdade de exprimir aquilo que lhe convém e o que não, tende a cair no esquecimento, isto não significa que não tem informação, mas sim porque tenta a não reviver o mesmo passado no presente a forma proteger o seu determinado grupo. Recordar não é somente interpretar no presente o já vivido, é também escolher o que vale ser recordado para salvaguardar a sobrevivência do grupo em processos de pós-guerra. As memórias não são uniforme dentro de um mesmo país, daí ser impossível encontrar uma memória e interpretação única do passado compartilhado por toda sociedade.

Com isso, pode-se dizer que os objectivos que se pretendiam para este tema foram alcançados, porque os acontecimentos que pareciam ser desconhecidos, foram relatados com mais pluralidade de informação. Então, nota-se aqui claramente que quando se quer obter informações relacionadas a memória, temos que admitir que poderá existir outras informações que quando confrontada, poderá ter um impacto na reconstrução de uma memória comum, tal como frisou (Pollak, 1989.p.5), “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional”.

Todavia, decorrente do que foi frisado acima, pode ser caracterizado como aquilo que o público quer ouvir; pode existir sempre que estão em causas questões políticas, sociais e ideológicas; pode ser um sinal de salvaguarda de intimidade ou evitar um cenário traumático. Portanto, o silêncio e o esquecimento aparecem como elementos de gerenciamento de identidade visto que a reintegração do indivíduo pode produzir uma nova perspectiva de compromisso moral (Pollak,1993, p. 80.)

A guerra fratricida fomentada depois da independência entre os movimentos UNITA e o MPLA que detinha o poder, foram produtores de horror. Daí que precisamos ter algum cuidado na busca de testemunho cujas memórias podem absorver vários esquecimentos.

## **Sugestões**

- Para este tema, é importante que seja incluído na cadeira de História de Angola no 1º ano, no curso de História, na I unidade.
- É imperativo os estudantes discutir o assunto com mais frequência para evitar o tabu que se tende a viver acerca deste tema e essencialmente especializados em História e em História de Angola realizarem mais estudos acerca do tema em causa, a fim de aprofundarem o assunto estudado;
- Que as famílias, a escola e as redes de comunicação social e outras organizações sociais incluam nos seus programas debates sobre o assunto.

## Referências bibliográficas

Alves, C. (2013). *POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA EM TEMPO DE GUERRA E PAZ: COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO* [Universidade de Coimbra].

Araujo, M., & Santos, M. (2007). *História, Memória e Esquecimento: Implicações políticas*.

Gomes, C. (2009). *De como o poder se produz: Angola e as suas transições*. Universidade de Coimbra.

Nogueira, M., Barros, V., Araujo, A., & Pimenta, D. (2017). o Método de História de vida: A exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Prática Psicossociais*, 2(12), 466–485.

Oliveira, A. (2013). *ANGOLA EM GUERRAS: JONAS SAVIMBI E AS LINGUAGENS DA NAÇÃO*. Universidade Estadual de Campinas

Miguel, O. A. (2021). *MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E TESTEMUNHO EM CONTEXTO DE PÓS- GUERRA EM ANGOLA: BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA*.

Pio, M. (2016). *Memória como Desencadeamento da Reinvenção Arquitetónica* [Universidade de Lisboa]. Chartier, R. (2007), *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.

Messiant, C. (2000). Angola. A caminho de que paz? *História*51, 26-32

Levi, P. (2004). *Os naufragos e os sobreviventes*. Paris: Gallimard, Arcades.

Bergson, H. (1999). *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo, 2- Ed. Martins Fontes.

Norra, P. (1993). Entre Memória e Esquecimento: Problemas de Lugares. *Projecto História*, (10), 7-28. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>.

MACQUEEN, N. (1998). *A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução de Império*. Lisboa: Editora Inquérito.

Pacheco, C. (2016). *Agostinho Neto: O perfil de um Ditador: A História do MPLA de Carne Viva* ( 1ª Edição).Lisboa: Nova Vega.

Marques, I. (2012). *Memórias de um golpe: O 27 de Maio de 1977 em Angola* [Universidade Fideral Fluminense]. <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1571.pdf>

Melícias, T. (2017). *O FEITIÇO DO MODERNO: JONAS SAVIMBI E SEUS PROJETOS DE NAÇÃO ANGOLANA (1966-1988)* [Universidade Católica do Rio Grande do Sul].

<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10912/1/000485860-Texto%2BCompleto-0.pdf>

Fernando, E.(2013). *Jonas Savimbi- No lado errado da História* ( 3ª Edição). Alfragide-Portugal: D. Quixote.

Neto, M. da C.(2002). *Do passado para o futuro – que papel para as autoridades tradicionais?* National Democratic Institute)/FES (Fundação Friedrich Ebert) Universidade Católica de Angola e ADRA-Huambo (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente).

Pollak, M.( 1993). *Uma Identidade Ferida*, Paris: Edições Métailie

Hequer, J. (2011). *PROJECTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO SIG NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DA MATALA* [Universidade Nova de Lisboa].

Manuel, A. (2014). *O Papel do Município na Implementação do Ensino Superior: Estudo de Caso do Município da Matala-Huíla (Angola)* [Instituto Universitário de Lisboa].

Henriques, I. C. (1997). Presenças angolanas nos documentos escritos portugueses. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA.

Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ricoeur, P. (2003, Março de 8 ). *Memória, História, Esquecimento. Memórias assombrosas? História na Europa depois Autoritarismo*, Budapeste.

Levi, P. (2004). *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra.

Levi, P. (1988). *É ISTO UM HOME?* Rio de Janeiro: Rocco.

<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2015/03/levi-primoc3a9-isto-um-homem-1988.pdf>

DE SÁ, C. P. (2007). *Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: Uma Perspectiva Psicossocial* [Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil]

<https://www.researchgate.net/publication/247852857>

Agualusa, J. (2012). *Teoria geral do esquecimento*. Rio de Janeiro: Foz.

António, N. (2015). *Transição pela Transição: Uma análise da Democratização em Angola* (1ª). Rio de Janeiro: PoloBooks.

Araújo, M. (2007). História, memória e esquecimento: Implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79(10), 96–111.

Azevedo, V. (2014). Memória e esquecimento: A reconstrução da identidade angolana na ficção de José Eduardo Agualusa. *Revista Mulemba*, 6(11), 126–140.

Barros, D. (2005). Memória. Obtido 12 de Setembro de 2021, de Comciência website: <http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/15.shtml>

Blanes, R. (2016). *A febre do arquivo. O “efeito Benjamin” e as revoluções angolanas*.

- Carvalho, N. (2004). *Era tempo de morrer em África: Angola, guerra e descolonização*. Lisboa: Prefácio.
- Cortada, I. (2017). O Tempo fora do Tempo: Usos da memória e do esquecimento. *Revista da Flup*, 8(1), 93. <https://doi.org/10.21747/0871164X/hist8a6>
- Damba, M. (2013). Sexta feira Sangrenta, 20 anos passados. Obtido de Portal da Damba e da História do Congo website: <http://www.mundamba.com/article-sexta-feira-sangrenta-20-anos-passados-114551565.html>
- Figueiredo, L. (2010). *Sita Valles (1951-1977) Revolucionária, Comunista até à Morte*. Lisboa, Portugal: Alêtheia.
- Freitas, A. (1975). *O longo caminho da liberdade*. Lisboa: Morais Editora.
- Gomes, C. (2009). *De como o poder se produz: Angola e as suas transições*. Universidade de Coimbra.
- Halbwachs, M. (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Felix Alcan.
- Halbwachs, M. (1990). *Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais  
LDTA
- Mateus, D., & Mateus, Á. (2013). *Purga em Angola (8ª)*. Talatona, Samba-Luanda-Angola: Texto Editores.
- Muekalia, J. (2011). *Angola A Segunda Revolução Memórias da luta pela Democracia (2ª Edição)*. Portugal: Sextante.
- Neves, T. (2013). *Angola Justiça e Paz nas intervenções da Igreja Católica 1989-2002 (1ª)*. Luanda: Textos Editores, Luanda -Angola.
- Oliveira, A. (2013). *ANGOLA EM GUERRAS: JONAS SAVIMBI E AS LINGUAGENS DA NAÇÃO*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Pawson, L. (2007). *O 27 de Maio angolano visto de baixo*.

Pollak, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3–15.

<https://doi.org/10.1111/j.1677-2245.2007.001417.x>

Ricouer, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento* (1.<sup>a</sup> ed.). Campinas, SP:

Unicamp., Ricouer, P. (2000). *Escrever história e retratar o passado*. Annales HSS, Paris.

Sacramento, M. (2013). *Os Golpes de Estado como principal meio de subversão*.

*Uma análise comparativa com outros sistemas subversivos*. (4), 89.

Salgado, M. (2000). José Eduardo Agualusa: Uma ponte entre Angola e o mundo.

*Em África e Brasil: Letras em laços* (pp. 175–196). Rio de Janeiro: Atlântica.

Soares, A. (2009). *Transparências da memória. Estórias de opressão. Diálogos com*

*a poesia brasileira contemporânea de autoria feminina*. Florianópolis: Editora mulheres.

Stead, M., & Rorison, S. (2011). *Angola* (Bradt). Barcelona: Alhena Media.

Valentim, J. (2011). *Caminho para a Paz e Reconcliação Nacional -de Gbadolite a*

*Bicesse (1989-1992)* (2<sup>a</sup>). Luanda: Mayamba.

Agostinho, F. (2011). *Guerra em Angola As Heranças da Luta de Libertação e a*

*Guerra Civil* [Academia de Lisboa].

[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20\\_em\\_Angola.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20_em_Angola.pdf)Goff.

J.L.(1990). *História e Memória*; Editora: Unicamp.

Jelin, E. (2002). *Los trabajos de la memoria*. Impreso en closas-orcoyen, s. l.

polígono igarsa. Paracuellos de jarama (Madrid).

Entrevista com o senhor António Calei de 62 anos

Entrevista com o ancião Humberto Alves Lopes de 64

Entrevista com o senhor Pastor Chimuanga de 58 anos

Francisca Nondjamba Neto, 64 anos de idade

Valentim Chissaluquila, 66 anos de idade.

José Calenga, 52 anos de idade

Entrevista com o senhor Paulo, 65 anos de idade.

Francisco Ndala, 60 anos de idade.



## **Anexos 1**

### **Guião de entrevista**



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO  
ISCED-HUÍLA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
SECÇÃO DE HISTÓRIA**

### **GUIÃO DE ENTREVISTA**

**TEMA: A Memória e O Esquecimento da Guerra Civil Angolana (1975-1993): Um Olhar Sobre o Município da Matala.**

#### **Identificação do entrevistado**

Nome Completo:

Idade:

Sexo:

Morada:

Profissão:

Estado Civil:

Tempo de vida como militante:

Formação Política:

Formação académica:

Contacto:

1. Quando participou da Guerra Civil?
2. Qual foi o contexto que te impeliu a participar?
3. Por que participou da Guerra Civil em Angola
4. Que acontecimentos mais te marcaram durante a Guerra Civil Angolana?
5. Que memória tem do 27 de Maio de 1977?
6. Que memória tem sobre o Setembro Vermelho na Jamba?
7. Que memória tem sobre os confrontos pós-Eleitorais de 1992?
8. O que aconteceu na Chamada Sexta-feira Sangrenta?

Matala, 15 de Outubro de 2021.

**O estudante**

---

**Zeferino Calembela Chiwana**

**Anexos 2.**



Figura nº

**1:Humberto Alves Lopes de 64 anos a esquerda e o estudante Zeferino a direita fotografia tirada aos 26.11.2016, pelas 14 horas e 03 minutos. Desmobilizado do SINSE.**



**Figura nº 2: Senhora Francisca Nondjamba Neto desmobilizada das FAPLA de 64 anos, reformada da Administração Municipal da Matala e o estudante Zeferino Calembela Chiwana, fotografia tirada aos 26.11.2016, pelas 16 horas e 10 minutos.**



Figura nº 3: **Senhor Pastor Chimuanga de 58 anos, desmobilizado das FALA e actualmente membro do comité Municipal na Matala no Partido UNITA, fotografia tirada aos 23 de Outubro de 2021 pelas 13 horas e 40 minutos.**



**Figura nº 4: O senhor Valentim Chissaluquila de 66 anos, desmobilizado das FALA e actualmente Secretário Municipal da UNITA na Matala, fotografia tirada aos 22 de Dezembro de 2021, pelas 13horas e 30 minutos,**



Figura nº5: **Senhor António Calei de 62 anos, desmobilizado das FAPLA e actualmente funcionário da Administração Municipal da Matala e o estudante Zeferino Calembela Chiwana fazendo gravação de entrevista, fotografia tirada aos 20 de Dezembro de 2021 pelas 11 horas e 35 minutos.**



**Figura nº 6: Entrevista com o senhor José Calenga de 52 anos, desmobilizado das FALA, antigo instrutor na Jamba, fotografia tirada aos 2 de Novembro de 2021, pelas 10 horas e 10 minutos.**